

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**SESSÃO ORDINÁRIA DE**

**26 DE ABRIL DE 2022**

**ACTA N° 02/2022**

**(mandato 2021/2025)**





Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Cami' and 'Jecas'.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

ATA N.º 2/2022

(mandato autárquico 2021/2025)

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINTE E SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS.** -----

**PRESIDENTE – CAMILO ANTÓNIO MORAIS** -----

**PRIMEIRO SECRETÁRIO – JOSÉ CARLOS VASCO JECAS** -----

**SEGUNDO SECRETÁRIO – CELINA DA CONCEIÇÃO DE SÁ MARTINS** -----

Eram oito horas e trinta minutos, quando o excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: Ana Cristina Moura Xavier Fernandes, Rogério Paulo Talhas Pires, Manuel da Conceição da Silva Costa, Domingos José Ataíde Vaz, Daniel Filipe Espírito Santo Ramos Pires, João Nuno Ferreira Pires, Carlos Alberto Maravilha Azevedo e Maria Inácia Ferreirinha, que foram substituídos, respetivamente por Paulo Jorge Ferreirinha, Dinis António Tiago Sarmiento, Nélio Jorge Gomes Pimentel, José Luís Gonçalves Tomé Afonso, Sandra Maria Esteves Nascimento Franco, Beatriz Isabel Mata Pires, Fernando Humberto Gomes e Ricardo Jorge Salsas Batista . -----

Face à impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, pediu substituição o senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Talhinhos e Bagueixe, Jorge Orlando Pires Asseiro, que se fez substituir pela Secretária da Junta, Ana Luísa Morais Fernandes. -----

Estiveram também presentes, além do Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, Rui Alexandre Serapicos, Sónia de Jesus Afonso Salomé, Paulo José Castro Rogão e os Vereadores em regime de não permanência, António Nuno Baptista Mendes de Moraes, Clementina Augusta Marçal Gemelgo. -----

Verificada a lista de presenças, dela constavam 61 Deputados Municipais: Camilo António Morais, Manuel António Machado Carvalho, Celina da Conceição de Sá Martins, Dinis António Tiago Sarmiento, Patrícia Alexandra Nunes Cordeiro, Manuel António de Sá Mico, Paulo Jorge Ferreirinha, Duarte Ferreira Dias, Vera Cristina Amaral Gabriel, Carlos Alberto Fernandes, Luís Miguel Pereira Vaz, Sandra Cristina Batista Matos, Ilídio João Alves, Fernando Humberto Gomes, Ricardo Jorge Salsas Batista, Sandra Maria esteves Nascimento Franco, Maria da

Assunção Gemelgo Correia, Cláudio Miguel Bento Trovisco, Maria José Vieira Teodoro Moreno, José Luís Gonçalves Tomé Afonso, José António da Silva Madalena, Lília Margarida Pereira da Silva, Margarida Rosa Fortuna Parra Pires, António João Alves Trovisco, Carlos Manuel Lourenço Rodrigues, Jacinta Lúcia Catarino Lopes, Amâncio dos Santos Rocha, Daniela de Almeida Rebelo, Beatriz Isabel Mata Pires, Manuel Jorge Machado Olaio, Nélío Jorge Gomes Pimentel, Francisco Inácio Alves Oliveira, José Carlos Vasco Jecas, Maria Adelaide Serra Carvalho, Andreia Isabel Morais Eugénio, José Manuel Fernandes, Miguel Afonso Gomes Reis, António Luís Gomes, Acácio Alberto Correia Morais, Nuno José Nunes Trindade, Betina Maria de Sá Gonçalves, Leonardo do Nascimento Vila Franca, Miguel Ângelo Caseiro, Sérgio David Ramos Borges, Ramiro Borges Valadar, Abel Francisco Paulos Rocha, Ricardo Jorge Vaz Cordeiro, João José Cunha Pinto, Jorge Luís Pinto, Inácio de Jesus Roma, Luís Manuel Costa Rodrigues, Carla Alexandra Dias Miranda, Fátima Raquel Eusébio Costa, João Francisco Reis, Andreia Susana Amaro Baptista, João Luís Diogo Salsas, Júlio Manuel Curopos Quintela, Carlos Alberto Maceda, David da Silva Martins, João Manuel Rodrigues Ana Luísa Morais Fernandes. -----

De seguida, indagou os presentes, no sentido de alguém querer intervir relativamente, à ata da sessão ordinária do dia vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e um. -----

**Pretendeu usar da palavra o deputado municipal.** -----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Que disse “Ontem festejou-se o 25 de abril e nós, na Assembleia Municipal deveríamos ser um exemplo dos valores de abril. Abril não é só um cravo na lapela e vestir o melhor fato. A ata não está numerada mas, no parágrafo antes da ordem do dia está o seguinte, referindo-se há minha defesa da honra “...na sequência desta intervenção o senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à consideração do plenário e à votação se o deputado municipal usaria, ou não, da palavra, tendo-se registado 28 votos contra e 1 abstenção não lhe concedendo portanto a palavra...”. Houve pelo menos 4 abstenções, da deputada Adelaide da Junta de Freguesia de Carrapatos, da deputada Inácia Ferreirinha, do deputado Duarte Dias e Luís Vaz. Seja como for, 28 votos contra mais uma abstenção dá 29, que no universo de 61 votos é sempre menos que 32.” -----

Posta de imediato a ata à votação foi a mesma aprovada por maioria com 56 votos a favor e 5 abstenções. -----

De imediato o 1.º secretário da Assembleia Municipal deu conhecimento que foi criado recentemente o portal da Assembleia Municipal que se destina a passar a informação da atividade da Assembleia Municipal a todos os cidadãos, não só do presente mas também do passado recente. Contém também o Regimento, as atas, a composição desta Assembleia, as Comissões, editais e deliberações. Vai ser criada também uma área reservada, com exclusivo acesso, com senha, a todos os Deputados Municipais onde doravante, passará a ser disponibilizada toda a documentação para as sessões da Assembleia Municipal, com a antecedência que a Lei prevê. -----



es  
Cij  
fsc

**PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro) -----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra:** -----

**CARLOS MANUEL LOURENÇO RODRIGUES (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “Senhor Presidente: vivemos tempos difíceis para todos, mas que não são menos para aquela que é a base da economia deste concelho, os agricultores, e eu recordo-me bem aqui quando na sua tomada de posse assumiu a agricultura como uma das 3 prioridades para o seu mandato. E, como eu acredito que não ficamos só por palavras, que nós macedenses somos pessoas de ação, gostaria de questionar ao senhor Presidente o que é que já fez, que medidas é que já tomou, ou pensa tomar para apoio aos nossos agricultores que tempos tão difíceis têm passado. Dou-lhe como exemplo o aumento do preço dos combustíveis, pesadíssimo, o aumento dos custos dos adubos também pesadíssimos, todos os adubos azotados. E senhor Presidente de facto há momentos em que o dinheiro tem o poder de ajudar as pessoas e eu acredito que se a Câmara tem realmente essa possibilidade não há dinheiro mais bem empregue do que ajudar as pessoas, e os nossos agricultores precisam desse apoio. Questiono também qual tem sido o papel do EDRU que era um papel que lhe caberia nesse apoio direto a essa atividade económica tão importante para o concelho que é a agricultura.” ---

**SANDRA CRISTINA BATISTA MATOS (PS)** – Que disse: “a questão que coloco é sobre a possibilidade da realização Feira de São Pedro. Sendo este um evento de grande importância para a economia local, gostaria de perguntar ao executivo se já houve conversações entre as organizações envolvidas para a sua realização e se efetivamente já houve, em que moldes é que poderá decorrer este Evento.” -----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção: “Como sei que o senhor Presidente da câmara tem pressa para sair e também para não enfadar o Senhor Vereador Vilarinho, só tenho 2 pedidos: o primeiro era que procedessem à reparação da estrada municipal 537 que liga do Cruzeiro até Soutelo Mourisco, Vilar D’Ouro e Cabanas que está em péssimo estado e não dá para se fazer em segurança a viagem coloca em perigo as pessoas e os bens. E a segunda só queria uma resposta rápida do senhor Presidente sobre a tal dívida que apareceu à Resíduos do Nordeste, na última reunião. Gostaria de saber qual era o total da dívida a que período é referente e qual dessa parte são juros.” -----

**PATRICIA ALEXANDRA NUNES CORDEIRO (PS)** – Que fez a seguinte intervenção: “Pela primeira vez em 10 anos eu não estive em Podence durante os dias de Carnaval. Passaram 7 anos desde o Carnaval que fotografamos e filmamos para o inventário nacional; 5 desde a publicação do Diário da República que o reconheceu como património cultural imaterial nacional; 3 desde a proposta apresentada à UNESCO e 2 desde a sua maior celebração de uma forma quase apoteótica em 2020, foi a última festa que nos juntou antes da pandemia.

Durante esses dias recebi muitas mensagens e fotografias de amigos sobre o que fizeram, com quem estiveram, o que comeram, com máscaras, com episódios do entrudo, com o Azibo ao fundo, que vieram e que foram do nosso concelho felizes. Tenho a certeza que quer tenham passado por lá, quer não, como eu, também aconteceu convosco. Viram notícias, fotografias, receberam mensagens sobre o Entrudo, falaram sobre esta nossa manifestação cultural. Hoje é um veículo para a comunicação da nossa identidade um motivo de orgulho às vezes até de vaidade mas sobretudo, e depois da inscrição na lista representativa do património cultural imaterial da humanidade, é um veículo que reconhece e nos devolve também alguma autonomia e é em torno dessa autonomia que se promove um projeto de desenvolvimento rural no contexto atual, e que eu espero que tenha uma cronologia de implementação a breve prazo. Uma das notícias daqueles dias tinha como título “impacto económico” desses dias. Sabemos bem o que é que o impacto económico significa para a autonomia das localidades, esse impacto económico reflete-se no nosso concelho mas também nos concelhos vizinhos e para muitos negócios da região. É uma notícia em que ouvimos o nosso Presidente da Câmara falar de representatividade nacional e de investimentos para o futuro que darão certamente continuidade aos grandes investimentos, não só económicos, que ao longo dos anos se fizeram para promover o que hoje lá existe. O que me parece que é hoje inegável a importância do nosso património cultural, natural e do turismo que gera, acho que todos nós reconhecemos isso. E por isso, acho que a chegada a esta altura é fundamental que haja um acompanhamento da evolução das políticas e atividades culturais e turísticas do nosso Município, e quero com esta breve comunicação apresentar a esta Assembleia uma proposta para a criação de uma Comissão Municipal de Património Cultural e Turismo.” -----

**JACINTA LÚCIA CATARINO LOPES (CDS)** – Que disse: “De acordo com o diagnóstico social do concelho de Macedo de Cavaleiros e dos dados das estimativas anuais do Instituto Nacional de Estatística o INE, constatamos que o nosso concelho é um concelho envelhecido em que o número de jovens sofreu um grande decréscimo em resultado da queda da Natalidade, pelo que necessitamos urgentemente de fixar população e apoiar a Natalidade. Para isso necessitamos criar condições diferenciadoras que possam atrair e fixar jovens à sua Terra. Tendo este município enveredado e assumido desde o início novas competências de acordo com a descentralização que se encontra em curso na área da educação e na área social, vem o CDS- PP propor a criação por parte do município de uma creche municipal. Estas são respostas sociais sob a alçada da autarquia que podem propiciar um melhor desenvolvimento físico, emocional e cognitivo da criança. As creches assumem um papel determinante para a conciliação entre a vida familiar e profissional das famílias e são um dos fatores embora não único, mas preponderante para os jovens decidirem ter filhos. A promoção da Natalidade e da parentalidade, também se concretiza através da criação de condições favoráveis para as famílias. Verificando-se carências nas respostas de creche a preços compatíveis com o nível de vida das nossas famílias, necessitamos promover o acesso generalizado a serviços de qualidade da educação em especial para as crianças mais desfavorecidas como medida de



eeb  
Cigal

apoio à família e à natalidade. Desta forma, cada vez mais necessitamos estar atentos e agarrar as oportunidades que se encontram ao nosso alcance, devemos, pois, aproveitar as verbas constantes no PRR, e que existem para este fim para poder potenciar o desenvolvimento neste concelho e apoiar diretamente as famílias na educação e nos cuidados a prestar os seus filhos, pois um concelho sem crianças é um concelho com menos esperança.” -----

**MANUEL JORGE MACHADO OLAIO (UPM)** – Fez a seguinte intervenção:” já ontem o 25 de abril foi assim uma coisa muito anémica e hoje o facto da sociedade civil e os jovens não estarem aqui presentes não estarem aqui presentes é preocupante. Isto não é uma crítica mas deixo aqui uma ideia que talvez em vez de se marcar uma Assembleia municipal às 9 da manhã talvez se pudesse marcar às 9 da noite e então as ruas de Macedo talvez se movimentassem mais um bocadinho e não fossem um caos tristeza que é passear à noite em Macedo. Muitos dos jovens alguns deles já a experimentar a vida da droga e outros a pensar na droga da vida. Esses que estão a pensar na droga da vida, talvez tivessem aqui uma opção já esses que andam nesse meio, e já são bastantes, já foi uma família que falhou, já foi a escola que falhou e nós como sociedade e como vertente política desta Comunidade devíamos estar mais atentos e procurar que os jovens (e foi um desígnio vosso) o senhor Presidente da Assembleia falou que os jovens tinham que se aproximar da política e nós temos um Regimento Jovem em formação e os jovens não estão aqui e esta situação é preocupante. Pretendo aqui abordar a ida ao Dubai do Sr. Presidente da Câmara. Não para a criticar, porque não somos daqueles que achamos que tal presença deva ser criticada. Pelo contrário, deve ser elogiada. E muito bem segue a Câmara que consegue através de uma marca de prestígio como é a dos Caretos de Podence, catapultar a divulgação de todo o território do concelho que é coincidente com o território do Geopark Terras de Cavaleiros. Isso revela perspicácia da vossa parte. Já que tocamos em Geopark, e creio que estamos em ano de avaliação, há muito que deve ser lapidado, mas que deixaremos para depois. Estamos certos de que o Sr. Presidente terá todo o gosto em acolher algumas das nossas ideias. Prossigamos. Tendo em conta a presença no Dubai e naquela montra mundial, gostaríamos que o Sr. Presidente nos desse a conhecer o relatório resultante dessa mesma presença, a nós e a toda a assembleia, caso os restantes grupos parlamentares estejam interessados. Nós estamos. Passado este tempo desde a reconhecível presença de Macedo de Cavaleiros nas comemorações do Dia de Portugal na Expo Dubai, já estará certamente explanado um documento comparativo entre os objetivos que se propunham alcançar e o resultado de todas as diligências efetuadas e na forma como elas se traduzirão em aumento de visitantes ou na projeção de outras marcas de produtos locais tendo em vista a exportação. Este nosso elogio é sincero porque nós sempre fomos um país de descobridores e de viajantes e quando viajavam havia sempre o benefício/custo, ou seja o custo da viagem e o benefício do que traziam (tapeçarias, especiarias e porcelana, etc.) e era bom que nos desse a conhecer quais os benefícios que traz dessas viagens ao estrangeiro. Não podemos abordar este assunto sem focarmos um

aspeto que deve merecer a sua máxima atenção no futuro Sr. Presidente da Câmara. Falamos, como consta da Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, do ajuste direto desta viagem: 12.217,00€, isento de IVA, se calhar o valor mais alto que a Câmara fará em viagens este ano. Tudo não passará de uma coincidência, mas foi um ajuste direto feito à pessoa que foi a Mandatária do Turismo e Património na vossa última candidatura autárquica. Tendo o Sr. Presidente sempre apregoado a transparência nas aquisições da sua câmara, muitas vezes como crítica aos seus antecessores, deixe-nos dizer-lhe que desta vez no pano mais bonitinho caiu a nódoa. E antes, Sr. Presidente, que se apresse a vir dizer que foi a proposta mais barata, dizemos-lhe nós que há em Macedo alternativa mas que não foi consultada. Acreditamos que a ideia de fazer este ajuste direto à sua Mandatária e conterrânea de Talhas, não tenha partido de si Sr. Presidente, mas o descuido dos seus serviços de apoio fizeram com que perca a moralidade para voltar a falar de transparência nas aquisições da Câmara Municipal. E claro... atença-nos a atenção para, se efetivamente não se tratou de uma coincidência, perceber se os restantes Mandatários da vossa candidatura não virão também a ter tratamentos privilegiados... estaremos atentos!" -----

-----  
**CLÁUDIO MIGUEL BENTO TROVISCO (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção: “Nas intervenções da última sessão desta Assembleia e como vem sendo hábito, falou-se na busca deste executivo pela harmonia financeira falou-se, nas obras em execução no âmbito do PERU e no impacto turístico que estas poderão trazer à cidade. Ao fim de 5 anos com as obras em curso e sem fim à vista, persistimos na utilização do passado como argumento e justificação de uma governação. A função de qualquer Executivo, enquanto responsável pelas rédeas do município é governar, tal como foi a dos anteriores Executivos, independentemente da forma como o fez. Já é tempo de deixar de governar com os erros dos outros e governar com soluções, sem desculpas e sem lamentações. Nessa sessão, em resposta há minha questão acerca do défice demográfico o senhor Presidente respondeu e cito “...somos um exemplo a nível distrital...”. Ora, de acordo com o INE Instituto Nacional de Estatística, em 2021 Macedo de Cavaleiros foi o segundo concelho que mais população residente perdeu sendo apenas superado por Mirandela. Para além disso, fomos em linha com Vinhais o concelho onde nasceram menos crianças, sendo superadas por todas as vilas e cidades deste Distrito, todas. Recentemente o Município de Moncorvo atribuiu um apoio de 3000 EUR por cada criança nascida, talvez estejam errados, talvez não seja o caminho, mas estão a tentar, enquanto nós continuamos a ignorar este problema e não tentamos sequer. A resposta à minha questão acerca da falta de vitalidade do nosso comércio o senhor Presidente respondeu e cito novamente “...o movimento na cidade até caótico quando comparado com os movimentos que eu vi ontem em Alcains...”. -----

Alcains, meus senhores, é uma Vila do distrito de Castelo Branco com 4600 habitantes e cuja densidade populacional é de 125 habitantes por quilómetro quadrado, mal de nós se a cidade de Macedo com 6138 habitantes e cuja densidade populacional é mais do triplo, não estivesse melhor que Alcains. Deixem-me dar-lhes conta de alguns valores que talvez permitam perceber



ca  
Cij  
fint

melhor a realidade da economia local da nossa cidade: desde 2019 até à data o consumo em Macedo caiu 42%, o dobro de Bragança e Mirandela, e uma vez que, somos tantas vezes comparados com Vilas, deixem-me dizer-vos que em Vila Flor, apesar de o consumo ter caído em 2019, vem aumentando desde então, sendo que no presente, leva um crescimento de 33%. Esses valores que são um espelho da economia e no nosso caso, juntamente com um aumento incessante dos custos, reflete as dificuldades que o nosso tecido comercial vive desde há uns anos, juntem a isto o facto de ter uns semáforos em funcionamento e termos um comércio abandonado numa cidade com filas de trânsito. Não podemos continuar a tabelar por baixo e ficar satisfeitos quando comparados aos que estão em igual ou pior situação que a nossa, urge tomar medidas de apoio de crescimento com efeitos reais e de curto médio prazo que estimulem o consumo e reponham a confiança aos nossos comerciantes e empresários, urge de uma vez por todas dar atenção à nossa Zona Industrial que poderia muito bem ser das melhores da região, mas continua com péssimas e perigosas condições de circulação e de acesso, com apeto desleixado e sem qualquer informação e sinalética. -----

A Zona Industrial é de Macedo e cada um dos empresários que lá tem a sua atividade fixa pessoas através da criação de emprego da criação de riqueza e coloca Macedo no mapa. Para este ou qualquer executivo a questão que prevalece é qual será a vossa obra? No final do vosso percurso o que deixarão a Macedo para além de cimento, relva e ferro? Colocaram em curso obras de enorme importância algumas permitam que diga com 2 décadas de atraso mas não serão essas obras por si só, que colocarão Macedo de volta à corrida pelo lugar que de facto merece. Continuamos a acreditar que uma ciclovía, um parque da cidade e um terminal de autocarro são foco de turismo na salvação de Macedo, é uma utopia. Não são. São apenas equipamentos de utilidade pública para o conforto e bem-estar da população, população esta que decresce a cada dia, facto que tornará esses equipamentos inúteis mas com muita despesa associada. Por último, volto a desafiar este executivo a permitir aos comerciantes locais o acesso às verbas poupadas por não se ter executado a feira da caça e acho que se pouparão com a redução da duração da Feira de São Pedro, cujos moldes de execução a um mês e meio da data ainda são desconhecidos.” -----

**CARLOS ALBERTO FERNANDES (PS)** – Que disse: “Ontem foi mais um 25 de abril. Há muita gente que diz que só foi mais um 25 de abril mas, não é. Estamos numa altura da nossa sociedade nacional e Europeia que mais se justifica a defesa dos valores. Nós tivemos em 1974 a liberdade de escolher eu escolher onde quero comprar, onde quero ir e o que quero ser. Nós não demos vir para aqui a dizer ou a condicionar a posição das outras pessoas, porque cada um é livre de escolher o seu caminho. Mas o assunto que me traz aqui não é este. Eu, na última Assembleia fiz reportagem a uma obra que na minha ótica, é das mais proeminentes de Macedo, que é a ciclovía. Vim aqui enfatizar a maravilha que é a obra, mas hoje venho aqui, contestar o aspeto avassalador com que trataram aquela obra. Tivemos 3 ataques àquela Infraestrutura, uma com um trator, uma com um motociclo e outra deliberada com pedregulhos que atiram para o piso. Sabemos que é um piso caríssimo e uma infraestrutura que ficou

pesada ao Município e hoje venho aqui não dizer que a obra está bem-feita mas, venho aqui pedir ao Executivo além de promotor e executor vai ter que ser fiscalizador. É mais uma despesa que nós iremos ter daqui para a frente, e vinha perguntar ao senhor Presidente da Câmara se tem alguma ideia ou alguma forma de nós fiscalizarmos ou vigiarmos aquelas obras, pois não podemos incorrer no risco de deixar abandalhar uma obra desta natureza. Por isso, a minha questão é saber se há alguma estratégia que permita controlar quem frequenta aquela infraestrutura e quem a possa danificar?” -----  
-----

**LILIA MARGARIDA PEREIRA DA SILVA (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção: “Na última reunião desta Assembleia fiz um pedido por escrito para ter acesso a documentos sobre o processo de candidatura a fundos comunitários para a reabilitação da igreja nossa Senhora da purificação de Podence, e agradeço à Senhora vereadora Sónia Salomé o envio da documentação. Após a análise dos documentos confirmei aquilo que já suspeitava, a má gestão de todo o processo com falta de planeamento e desrespeito total das regras elementares de gestão do património. A sabedoria popular tem sempre razão, uma casa não se começa pelo telhado e neste caso a recuperação de uma igreja classificada como património de interesse Público também não. Ora, então vejamos: no relatório preliminar no relatório prévio para a submissão da candidatura a direção regional de cultura do norte constatou aquilo que estava à vista de todos. A instabilidade estrutural dos tetos em Madeira com pintura setecentista da nave e da capela mor da igreja de Podence e a necessidade urgente de uma intervenção de fundo. Apesar disto a Câmara municipal de Macedo de cavaleiros optou por não incluir na candidatura as verbas necessárias para a completa intervenção dos tetos setecentistas, apenas contemplou verbas para a limpeza, colmatação das peças em falta e reintegração cromática. Optou também este executivo em primeiro lugar, colocar a concurso e adjudicar a obra do telhado da Igreja no valor de cerca de 200.000 EUR. Após a primeira reunião com o empreiteiro e a Direção Regional de Cultura do Norte, a Câmara Municipal viu-se obrigada a suspender as obras por um prazo indefinido, na medida em que a intervenção na cobertura, ou seja no telhado, colocaria em risco a estabilidade já por si deficiente dos tetos em Madeira setecentista pintados da nave e da capela mor. Perante os factos, antes de proceder à intervenção do telhado seria necessário proceder à desmontagem dos tetos, mas o Município, apesar de alertado, não o previu na Candidatura e não o fez. Para colmatar tal falha o município optou por deixar de fazer as obras previstas nos altares e imagens da Igreja, também elas urgentes e necessárias e transferir essas mesmas verbas para a desmontagem e intervenção total dos tetos em Madeira setecentista da nave e capela mor. Concluindo, pela completa ausência de planeamento e parâmetros de boa gestão de dinheiros públicos e um bom diagnóstico das necessidades de intervenção, num dos poucos monumentos classificados no nosso concelho, uma candidatura a fundos comunitários aprovada em 2019, um ano e meio depois, está com uma taxa de execução inferior a 10% correndo o risco de perder financiamento se não se avançar rapidamente na execução das obras e conseqüente pedido de reembolso. Para agravar a situação, ainda temos obras



al  
Gy fal

suspensas e verbas trocadas abdicando se da intervenção dos altares e de várias imagens da igreja para fazer aquilo que era necessário desde o início nos tetos setecentistas da mesma. Sabendo que o montante máximo de cada candidatura à linha de financiamento do norte 2020 que permitiu a candidatura da recuperação da igreja de Podence era de um milhão de euros, e que o executivo apenas candidatou cerca de quinhentos mil euros, ou seja, metade, é incompreensível esta situação com um bom diagnóstico das necessidades de intervenção e com uma cuidada planificação dos trabalhos a executar, podíamos ter tudo contemplado numa única candidatura sem necessitar de suspender obras e deixar de intervir nos altares e nas imagens da igreja, mais uma vez digo, também elas a necessitar de intervenção urgente para intervir nos tetos da mesma. É caso para dizer que o nosso património cultural classificado e as gentes de Podence mereciam mais e melhor.” -----

**PAULO JORGE FERREIRINHA (PS)** – Que disse: “Como já foi falado aqui, o aumento dos custos que todos nós sentimos diariamente, nomeadamente da luz e do gás, pretendia perguntar, qual o impacto do custo da água, da luz e até do combustível nas contas do Município e atendendo a este facto se o prazo médio de pagamento aos fornecedores ainda se mantém? No dia 21 de abril vi no site da Rádio Onda Livre que Macedo já tem uma equipa de sapadores florestais já está no terreno e, também nessa mesma notícia, havia uma comunicação da Diretora Regional, Dr.ª Sandra Sarmento que dizia que havia a intenção de criar uma nova equipa e eventualmente uma base para bombeiros sapadores florestais aqui Macedo Cavaleiros. Atendendo a que neste momento só existem 3 Bases em Vila Pouca de Aguiar, Cabeceiras de Bastos e Paredes de Coura e é intenção criar duas novas uma em Arouca e outra em Macedo de Cavaleiros, gostaria que o Sr. Presidente nos desse aqui alguns esclarecimentos relativamente a isto. Realizou-se em Macedo a Corrida da liberdade e queria sugerir que quando e se fosse possível se realizasse aqui também a Corrida de São Silvestre.” -----

**DANIELA DE ALMEIDA REBELO (CDS)** – Que fez a seguinte intervenção: “O CDS acredita que este local é a sede própria para intervenções e contribuições construtivas, também acreditamos que este é o local próprio para partilharmos e discutirmos as nossas opiniões, não obstante naturalmente, da responsabilidade que nos cabe de escrutínio ao serviço da causa pública e da responsabilidade de servir os melhores interesses para os macedenses. Foi com particular entusiasmo que acolhemos a novidade da expansão da zona industrial contudo, foi com particular tristeza, que pouco ouvimos a propósito da zona industrial existente. A evolução dos tempos é acompanhada de novas necessidades e expectativas designadamente, sustentabilidade, modernidade, atratividade. Estas são premissas características indispensáveis para qualquer zona industrial que se pretenda competitiva. Reversão de áreas de acolhimento empresarial existentes para uma dimensão mais resiliente, mais verde, mais digital, este é o conceito a que me refiro e é a designação de uma candidatura para a qual Macedo foi considerado elegível, mas não selecionada, mesmo após audiência prévia dos interessados. Gostaríamos de saber quais foram os objetivos concretos desta candidatura, com

que argumentos concretos tentamos nós vender o nosso território e as nossas necessidades? Sendo um tema com efeito catapulta na nossa economia não deveria a Comunidade ter sido mais envolvida e convidada a apresentar o seu contributo? Estão a ser preparadas e ou planeadas outras candidaturas semelhantes? Que lição se retirou desta candidatura que não se repetirá nas seguintes? Não vimos questionar o tardio mas necessário processo de reconversão de que muitos já ouviram falar, vimos propor a reflexão sobre os meios necessários e as expectativas que detemos que venham a compensar e corrigir a elevada taxa de inacessibilidade a grande parte da zona industrial, demasiado longa no tempo. De que nos vale ter uma zona industrial com uma localização privilegiadíssima na confluência dos 2 principais eixos rodoviários de Trás-os-Montes (a A4 e o IP2), se no interior da mesma o acesso a alguns lotes é deficitário ou inexistente? Foi esta mesma inacessibilidade que justificou a não edificação de muitos lotes, há muito atribuídos. O CDS almeja uma zona industrial que tenha como premissa a criação de postos de trabalho, aliás que os empresários usufruam de bonificações proporcionais aos postos de trabalho que criem, consequentemente aumentar-se-ia o capital humano no concelho e seriam disponibilizados melhores e mais oportunidades a quem já está no concelho, fomentando assim a fixação de população ativa e contributiva económica e social. Concluindo, o CDS acredita convictamente, que o poder político só é digno, quando convertido em causa pública por isso gostaria de vos convidar a todos a refletirem sobre o que é necessário e que está ao nosso alcance, para enaltecer o orgulho das nossas crianças e os nossos jovens na sua história, no seu património, nas suas gentes, mas com foco e afinco na valorização do futuro.” -----

**MARIA JOSÉ VIEIRA TEODORO MORENO (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “Governar, não é fácil seja em município, seja num estado, governar não é fácil e, neste momento senhor Presidente eu queria-lhe perguntar como é que nós conseguimos descer de divisão porque eramos um centro urbano de nível superior e neste momento deixámos de o ser. Espero que com os seus contactos e toda a sua força consiga chegar aos Fundos Comunitários, ao quadro comunitário para que possamos ter mais fundo de maneiro neste nosso concelho. Mas, o que me levou aqui também, e volto a lembrar, pois é um ponto que embora debatido e com promessas feitas em reunião de Câmara, não posso deixar de não tocar, não posso deixar de frisar, porque a parceria entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia tem de ser uma realidade. Durante os seus mandatos os decisores políticos de qualquer Município deveriam ter como desígnio todo o território que se forma com as suas Freguesias cada uma com as sua essência mas que tecem todo um concelho. Senhor Presidente, Senhor Deputado tem de existir equidade e trabalho com um verdadeiro espírito de cooperação, independentemente dos intervenientes políticos, têm de existir acima de tudo respeito pelos cidadãos que vivem nas freguesias, que vivem nas suas freguesias e fazem tudo por elas. Todos eles fazem parte do tecido do concelho todos, eles pagam os seus impostos e não se pode esquecer o Senhor Presidente que nessas freguesias habitam pessoas que com a sua ideologia política, têm também a ideologia política do Executivo que se encontram em funções. O facto de não existir



eu  
Cij/22

dotação financeira para as mesmas estão a ferir quem os elegeram, não só quem não os elegeram, estão a ferir quem os elegeram quem vem e quem vê o seu espaço desprovido de muito ou de pouca coisa, mas que para eles é uma mais-valia e para qualquer população que se insere nessa freguesia, apenas porque os decisores políticos resolveram não as dotar de financiamento retirando-lhe dignidade? Não pode Senhor Presidente. Sim pode responder que já foi assim noutros tempos, é normal que tenha sido assim também noutros tempos, mas isso não é solução, temos que ver tudo pela mesma bitola e não podemos olhar um Concelho por fragmentação política, por fragmentação ideológica. Nós somos um todo, somos unos e importa referir que mais 5 Freguesias que estavam ligadas ao poder, que realmente também não foram dotadas, mas há que mudar essa vertente, há que tornar necessário olhar para o território mesmo escondido dos olhares de quem nos visita e perceber que há todo um concelho que necessita de uma intervenção profunda em todos os níveis e a muitos níveis principalmente ao nível humano e sem ostracização. Nenhuma freguesia é mais importante que outra, são todas iguais dentro das suas diferenças e espera-se da sua pessoa, Senhor Presidente na qualidade do decisor político deste concelho, que tenha a vontade de corrigir essas assimetrias e que tenha a vontade política de conseguir os Fundos Comunitários para que nós não baixemos de divisão, porque neste momento Macedo, Mirandela, Lamego e outro, neste momento baixaram de divisão. Eu sei que não é fácil governar, eu sei que é difícil e que o dinheiro é escasso, mas há que fazer muitos esforços porque somos todos um concelho, somos todas pessoas, que temos que ser iguais aos do Litoral porque temos potencialidade para isso.” -----

**ILIDIO JOÃO ALVES (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “É para mim uma honra, mas também uma responsabilidade acrescida depois de 24 anos voltar a fazer parte deste órgão autárquico, no entanto verifico algumas mudanças primeiro devido à malfadada reforma das freguesias, passámos de 77 para 61 deputados, depois alegra-me ver tanta Juventude porque nos mandatos de 1989 a 1993 e de 1993 e 1997 fui o deputado mais novo e dos poucos jovens dessa Assembleia. Não menos relevante é ver tanta cara feminina nesta Assembleia, nesse tempo contavam se pelos dedos das mãos as senhoras com assento nesta Assembleia. Quero como então contribuir, para dignificar este órgão deliberativo, no entanto estive aqui, não neste espaço físico mas no auditório da Associação Comercial, não como Deputado Municipal, mas como Presidente do Grupo Cultural e Recreativo da casa do povo de Macedo de Cavaleiros em 2002, aquando das comemorações do 25º aniversário e da entrega da Medalha de Ouro de Mérito Municipal, atribuída por unanimidade, pela Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, ao Grupo Cultural e Recreativo da Casa do Povo ou seja, o Rancho Folclórico de Macedo, do qual sou elemento ativo desde 1979. E já agora, perdoem-me a modéstia, é a Associação que há mais tempo e mais vezes tem levado o bom nome de Macedo Cavaleiros além-fronteiras, desde 1985 até 2019 inclusive, ininterruptamente, tem participado no maior evento de arte e cultura popular que se realiza no velho continente e que reúne cerca de 6000 participantes. Há nesta sala quem tenha testemunhado, e por isso sabe do que estou a falar,

nomeadamente sobre esse Vice-Presidente Rui Vilarinho, a Senhora Deputada Maria José Moreno e o Senhor Deputado Luís Vaz. Agora vou dirigir-me a si senhor Presidente, uma vez que chamou a Tutela da Cultura à sua pessoa. Senhor Presidente faço-lhe um pedido do Fundo do Coração, reúna, converse, acarinhe, acima de tudo acarinhe cada uma das nossas Associações, a fim de se aperceber neste momento tão difícil das preocupações e das dificuldades que assombam as mesmas. Senhor Presidente é fundamental que a Autarquia promova, incentive e desenvolva atividades, que envolvam as Associações Culturais pois se nada for feito, podemos assistir ao princípio do fim das poucas Associações do nosso concelho. Por último Senhor Presidente, explique-nos o que é, quem são os protagonistas, vai promover a Cultura Popular macedense afinal que vem a ser a bienal de arte contemporânea.”

-----  
**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção: “Em 29 concelhos abrangidos pelo PEDU que beneficiaram dessas verbas 4 deles como disse aqui a Deputada Maria José, desta vez foram excluídos, ou seja, tiveram corte de verbas para o programa 2030 supostamente por descerem divisão, ou seja, por passarem de centros urbanos para centros suburbanos. É mesmo por isso senhor Presidente? Obviamente que nós estaremos ao lado da Câmara Municipal na luta contra esta decisão porque obviamente o concelho está muito carenciado de investimento, não falta onde investir dinheiro neste concelho, ainda aqui há dias me lembrava que Macedo não tem um pavilhão multiusos digno desse nome para receber um evento de alguma dimensão. A Zona Industrial existente a carece de obras e portanto carece também de muito investimento que já não falando da sua expansão e do projeto que foi aprovado que muito lastimamos. Relativamente aos certames de Macedo de Cavaleiros infelizmente devido à pandemia foi cancelado o evento da Feira da Caça e do Turismo, que do ponto de vista económico é aquele que de facto tem maior importância económica face à feira de São Pedro. E porque o futuro é de facto das feiras temáticas pergunto relativamente à Feira de São Pedro e eu distingo o que são as Festas da Cidade e o que é a Festa de São Pedro, já tentamos refletir no passado que tipo de alterações deveriam ser feitas, de forma a tornar a Feira mais dinâmica e menos generalista, ou seja torná-la mais apelativa e capaz de movimentar melhor a economia do concelho, penso que efetivamente este ano estamos todos muito admirados porque estamos em finais do mês de abril e normalmente final do mês de março já se sabia o cartaz dos artistas que vinham a intervir e na realidade, neste momento pouco ou nada se sabe sobre a Feira de São Pedro. Gostava de dizer também que infelizmente cancelamos a Feira da Caça e do Turismo que por norma se realizava no último fim-de-semana de janeiro e não que não critico a Câmara porque na altura, havia imensas dúvidas sobre como iria evoluir a pandemia e portanto longe de mim tecer qualquer crítica a esse nível, mas efetivamente outros concelhos, por essa altura arriscaram, como por exemplo Chaves, Miranda, Mirandela, Boticas e outros, numa versão on-line e o feedback que li na comunicação social é que criando portais de comércio eletrónico, tiveram volumes de vendas significativos. E quero deixar aqui uma sugestão à câmara, como aliás é meu costume deixar sugestões à Câmara Municipal, e portanto espero que também esta a



eu  
fuz

acolham porque nós temos um site incipiente do EDRU que se limita a colocar lá nomes e contactos de produtores locais e eu acho que era altura para passar para um portal de comércio eletrónico, ou seja a Câmara assumir essa responsabilidade do portal do comércio eletrónico que possa reunir os muitos pequenos produtores que se queiram federar e congregar nesse portal e que desta forma lhes facilite a vida em termos de vendas e para que isto possa dinamizar o comércio do concelho.” -----

**NUNO JOSÉ NUNES TRINDADE (PS)** – Que disse: “No passado sábado, dia 24 de abril, na Freguesia de Lagoa as Instituições receberam formação e manobras de reanimação e utilização do desfibrilador. De salientar que em freguesias como a nossa sobretudo as mais distantes sabemos que numa paragem cardiorrespiratória os primeiros minutos são determinantes para recuperar uma vítima e eu, venho aqui deixar um desafio, a mais freguesias receber esse tipo de formação e também ver da disponibilidade do Município em colaborar, talvez num projeto ou numa candidatura, no sentido de todas as freguesias estarem dotadas no equipamento no DAE, ou seja, sabemos que apesar das manobras de reanimação, as estatísticas demonstram que uma vítima em paragem cardiorrespiratória, muito dificilmente é revertida sem administração de um choque. Penso que seria algo, dado o envelhecimento do nosso concelho, muito útil e que uma vítima que se salvasse o dinheiro já seria bem gasto. Outro assunto é referente ao BUPI que vimos há dias um registo na comunicação social sobre o número já de atendimentos e gostaria de saber quais são as perspetivas do Executivo relativamente a terminar o cadastro, uma vez que se andam a alarmar as pessoas com prazos e aquilo que se tem visto é alguma confusão. As pessoas não estão muito bem informadas e daí a minha questão no sentido de saber quais são as perspetivas relativamente a este balcão (BUPI). Por último, à semelhança do que aconteceu na ciclovia, tenho de vir aqui também publicamente repudiar os atos de vandalismo nos Gnaids de Lagoa e agradecer também ao Município a rápida reposição dos equipamentos, uma vez que se deslocam ali muitos visitantes todos os dias.” -----

**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Que disse: “Quando se diz que o Concelho é um todo, têm razão. Decorreu a Feira do Folar em Vilarinho de Agrochão e decorreu um evento em Podence e, não vi aqui nenhuma referência a dizer que correram bem, aliás relativamente a Podence na última Assembleia se disse que que era pouquinho, mas afinal surpreendeu porque teve muita gente e ainda bem. A Feira do Folar também correu muito bem, são 20 anos de realização desta Feira em Vilarinho de Agrochão e aproveito para agradecer aqui ao Município porque desta vez fez uma divulgação através da RTP e correu muito bem. Dizer também que se criou e dinamizou a economia porque as pessoas venderam os seus produtos e não podemos preocupar-nos apenas com a economia na Cidade, porque nas aldeias também é necessário dinamizá-la. Senhor Presidente da Câmara todos nós sabemos o que se está a passar na Europa e eu queria perguntar o que é que esta Câmara tem feito relativamente a refugiados, nomeadamente se já acolheu alguns, quais são as medidas que

têm adotado para esse ajudar a colmatar este flagelo. Pretendia também saber qual é o resultado sobre as medidas que têm sido aplicadas nas fugas da água porque elas já começaram a ser implementadas e entendo que esta Assembleia deve saber como é que está a decorrer. Para terminar lembrem-se de há uns anos, noutra mandato haver uma lista com as dívidas da água, que até criou alguma polémica e sobre este assunto pretendia que Sr. Presidente da Câmara nos informasse do ponto da situação, até porque já ouvi que a partir de agora quando as pessoas não pagarem as execuções vão para o serviço de finanças e gostaria de saber qual é o montante que o Município já arrecadou.” -----

-----  
**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados. -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** começou por fazer aqui duas homenagens, a primeira a um anterior Presidente da nossa Assembleia, Dr. Adão Silva que é neste momento o insigne Vice-Presidente Assembleia da República o que é um orgulho para o território e também para o PSD, mas acima de tudo para todos aqueles que têm o compromisso de envolvimento cívico no nosso território. A outra homenagem, embora singela, já o fiz publicamente, inclusive nas redes sociais, que hoje em dia chegam a muita parte, ao professor Sena Martinez, que foi um investigador da cultura e do património ímpar com intervenções no Portugal Ultramarino onde ele começou por desenvolver a sua atividade mas também aqui particularmente no nosso território. Foi alvo de imensas homenagens e nós, concelho de Macedo de Cavaleiros devemos muito a este investigador, a este cientista a este excelente profissional enquanto arqueólogo e daí a homenagem a esta personalidade ímpar. -----

Relativamente às intervenções dos Srs. Deputados Municipais, o Deputado Carlos Rodrigues fez aqui uma intervenção na área da agricultura que era de facto uma das nossas bandeiras e continuará a ser, pois somos um concelho eminentemente rural que vive muito da agricultura do setor primário e gostaria de vos dizer que temos tido intervenções importantes para além das sinalizações que fizemos, das intervenções que temos que fazer nesta área, temos tido as sinalizações feitas no Ministério da Agricultura e temos neste momento um pedido de reunião com o Ministério da Agricultura, para não deixar cair em “saco roto” as nossas propostas para o Regadio relativamente ao qual temos já sinalizados os melhores projetos em termos de custo/eficácia para armazenamento de água que servirá toda a agricultura do nosso concelho. Temos também incentivos previstos, é verdade que o EDRU atravessou agora uma fase menos boa e mais amorfa por causa da pandemia mas vai ser objeto de uma dinamização. Relativamente a outras medidas em função do aumento do preço dos combustíveis e dos adultos, neste momento o Orçamento de Estado que já prevê alterações, incentivos e apoios e nós não podemos sobrepor-nos e temos de esperar para ver o que vai ser contemplado no novo Orçamento de Estado e a partir daí, dentro das nossas possibilidades, a questão da agricultura é uma prioridade para nós, mas a câmara também não pode comprometer



ee  
fcl

orçamentalmente obras que para nós são primordiais, para darmos todo o apoio, como muitas vezes se pretende apoios a 100%, porque o nosso orçamento ainda não nos permite. -----

A Deputada Municipal Sandra Matos questionou sobre a Feira de São Pedro e informo que vamos realizá-la. Fomos criticados ainda agora aqui numa intervenção porque já temos pouco tempo para a fazer, mas a verdade é que andamos sempre num impasse porque não sabíamos aquilo que iria acontecer nesta fase da pandemia e acredito que ainda nem sabemos em concreto neste momento, e por isso fizemos uma gestão cautelosa, onde não prevemos contratar grandes grupos, gastando dinheiro como sinal, porque não sabemos se as coisas se complicam e depois não os podemos utilizar, daí que não quero comprometer aqui grandes orçamentos, na eventualidade de não se poder realizar. A realizar-se a Feira o modelo vai ser diferente e sempre em articulação com a Associação Comercial Industrial, porque é com esses parceiros que nós devemos fazer as coisas. Neste momento a Associação Comercial está já a organizar a Feira em articulação com a Câmara, com um modelo mais modesto, mas que possamos marcar presença. -----

Quanto à intervenção do Deputado David Martins relativamente à solicitação da reparação da estrada, dizer que todas as estradas para nós são importantes, mas há prioridades e convenhamos, se eu bem entendi estamos a falar de uma estrada que apesar de desagradada nós podemos fazer ainda alguma manutenção até que possamos dar alguma dignidade no perfil de pavimento. Mas neste momento temos outras prioridades e posso já confessar que uma das prioridades é um troço na estrada que vai em direção a Ferreira, que neste momento está em bem pior estado de conservação, mas, a seu tempo, faremos com equidade a reparação das vias. Abordou também a questão da dívida à Resíduos do Nordeste eu posso quantificar mais ou menos, pois não tenho valores, mas posso dizer-vos que fomos confrontados com a existência de uma dívida que só reporta as juros, que decorreu até 2017, ou seja, antes de entrarmos para o Executivo, porque a partir daí, não tenho conhecimento de dívidas nomeadamente, de juros que nós deixemos de pagar. portanto Os valores destas dívidas estão refletidos nas Contas e podem confirmar que reporta até ao ano 2017. -----

A Deputada Municipal Patrícia Cordeiro dizer que é de facto muito bom termos aqui intervenções na área da cultura e para nós este património cultural intangível, é de facto um orgulho e esse orgulho é partilhado certamente pela Patrícia que também foi das pessoas principais se não a principal nesta candidatura. Sempre com a nossa crença, caminhamos juntos, fomos juntos onde tínhamos que ir e ainda bem porque neste momento temos uma marca que é uma referência mundial, quase podemos chamar-lhe uma seleção nacional também, porque vai a todo o mundo e eu também tenho orgulho de os acompanhar e faço questão de ir com eles, como eles fazem questão que eu vá com eles, e tem impacto económico porque traz gente ao território e é uma imagem que é projetada em todo o país e em todo o mundo. Tivemos várias saídas, nomeadamente ao Dubai e ao Luxemburgo e brevemente iremos a França, tudo isto com o nome do Geoparque. -----

Quanto à intervenção da Deputada Jacinta Lopes que refere a queda de natalidade, esta situação está a verificar-se a nível nacional não é um problema apenas de Macedo Cavaleiros

pois em todo o país há uma queda de natalidade. Quanto à sugestão de criar condições diferenciadoras dizer-lhe que é isso que estamos a fazer em todas as áreas, criando incentivos para os jovens dar-lhes realmente ânimo e entusiasmo e apostar na Zona Industrial. Também é muito importante a modernização e a capacitação da agricultura e o turismo e nestas áreas estamos a trabalhar muito bem tal como na Zona Industrial. Relativamente aos nossos parceiros sociais e a criação de uma creche municipal não é um tema fácil. Nós sabemos que há várias creches na cidade e temos que andar a competir com o privado e isto é estar a desincentivar o privado, no entanto, se houver necessidade de criar uma “creche municipal” com intuito social, para aqueles menos favorecidos e, como já referi, vai haver verbas no PRR para isso, garanto-lhe que nós vamos estar atentos. Portanto estamos sempre atentos e depois já explicarei aquelas situações em que falhamos, porque eu detesto que façam aqui intervenções demagógicas. Fazer política com habilidade acho muito bem, mas agora vir aqui iludir as pessoas que perdemos candidaturas, isso não corresponde à verdade, porque até me atrevo a dizer que se calhar nunca se fizeram tantas candidaturas e conquistas como nós tivemos nestes 4 anos, portanto é bom que quando vierem aqui fazer intervenções as façam com fundamento. -----

Intervenção do Deputado Municipal Manuel Olaio foi uma das intervenções que eu ouvi e, sinceramente não gostei. As viagens que temos feito tenho orgulho em fazê-las porque não há um Concelho que se modernize se não se capacitar e se não conhecer o mundo e para além dos contactos, também é muito importante estarmos presentes para que nos ouçam para conseguirmos as coisas. E o motivo desta assembleia ser agendada para as 08.30 horas, foi a meu pedido porque ainda hoje, na Holanda vou estar com a Coordenadora Executiva de Geoparques Internacionais, neste caso Europeus, que é Norueguesa e na última vez que eu estive com ela só ouvi elogios sobre o nosso Geoparque. Com isto não quero dizer que no passado não se tivesse trabalhado, porque houve visão nos anteriores Executivos que apostaram no Geoparque, e ainda bem, porque nós vamos continuar a apostar, porque para nós é um dos desígnios. Quanto à nossa representatividade Institucional e os benefícios/custos na deslocação ao Dubai e a polémica gerada em torno da mesma, concretamente os custos, dizer que eu próprio decidi que a Autarquia pagava na totalidade a deslocação dos Caretos, pois eles merecem. -----

Quanto ao ajuste direto da viagem a uma pessoa que foi mandatária do PS nas últimas eleições para o Turismo é verdade, foi um ajuste direto a uma pessoa que é da minha Terra, também é verdade, mas vos posso dizer que o último ajuste direto que fizemos foi a outra agência de viagens da Terra e com equilíbrio, vamos dar a oportunidade a todos os da Terra. -- Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Cláudio Trovisco dizer-lhe que o privilegiar da nossa harmonia financeira de facto é importante. Muitas vezes pode não haver alguma coerência mas não é por intenção e pode também às vezes haver opções menos corretas mas, harmonia financeira para nós é primordial e digo-lhe que é com orgulho que temos esta conduta. Quanto à questão das obras sem fim à vista, ainda bem, e oxalá continuem sem fim à vista, e vão continuar garanto-vos. É mau para os utentes, para os cidadãos mas quando



ee  
Cif  
filh

estiverem concluídas, e estão quase todas a concluir, vamos ter certamente equipamentos que nos vão deixar confortáveis e até orgulhosos do trabalho feito. Relativamente à harmonia financeira, embora eu não goste de estar sempre a dizer o mesmo, mas a verdade é que todos os dias nos vão aparecendo novas dívidas, e isto para a câmara é complicado porque em primeiro lugar estas não estão prevista em Orçamento, porque no passado nem sempre eram vertidas todas as Contas e esta situação da Resíduos do Nordeste, terá sido uma delas que agora está vertida no Documento de Prestação de Contas. Relativamente ao nosso posicionamento em termos de perdas demográficas, continuo a dizer que aquilo que eu leio é que somos o terceiro concelho, muito próximo de Vila Flor. Em primeiro lugar está Bragança que é normal, é a grande urbe do nosso território, tem o ensino superior que envolve cerca de 9000 pessoas e só isso dá-lhes uma capacidade de não permitir que haja grande oscilação e tem uma grande Empresa que é a Faurécia. Vila Flor como sabem tem uma das maiores empresas mundiais de vinhos que continua a investir e a construir. mas por exemplo, também tem lá um hotel que nem sequer está aberto nem a funcionar. Da parte de Macedo de Cavaleiros tenho algum orgulho em dizer que não só as estatísticas, mas também a própria imprensa regional diz que somos o terceiro concelho, muito próximo de Vila Flor. Portanto também nisto acho que estamos a trabalhar, não ainda no nosso melhor, mas vamos continuar e continuaremos a ouvir as vossas sugestões que também ajudam é por isso que estamos todos aqui. Relativamente aos investimentos e estas 2 décadas de atraso, dizer que na Zona Industrial também estamos a investir, não é só na Ciclovia, Interface, Parque da Cidade. Neste momento a Zona Industrial está com um investimento importante e posso dizer-vos também, que estamos em negociações e também tenho orgulho na nossa Candidatura à Zona Industrial, às áreas empresariais, áreas de acolhimento empresarial que ficamos em quarto lugar na zona Norte, que só perdemos para referências muito específicas, nomeadamente, na fronteira como foi Chaves e Melgaço, mas estivemos à frente de Bragança que tem uma Zona Industrial brutal e com todo o poder que eles têm não só económico mas potencial. Continuamos com esse investimento sinalizado, com uma grande empresa, se não a maior empresa nacional, na área deste investimento e não baixamos os braços e vamos continuar a lutar por isso. -----  
No que diz respeito à intervenção do Deputado Municipal Carlos Fernandes propondo fiscalizar a Ecovia, dizer que estamos a trabalhar afincadamente nessa área, na segurança estamos a ter contactos com empresas, estamos a ver a legislação e também nisso estamos a trabalhar com empresas que têm envolvimento a nível nacional, porque apesar da falta de civismo que nós temos, como eu costumo dizer, é e falta de sensibilidade para a cultura, é tendência para o vandalismo jovem e depois arranjamos desculpas de mau pagador. Isto também envolve toda a sociedade e o civismo parte não só da nossa casa, mas de todos nós e portanto temos que ter não só ajuda das autoridades mas também de cada um de nós. Vamos todos trabalhar nesse sentido e vamos dentro de pouco tempo (espero eu) ter aí toda a cidade com vigilância, porque é um dos nossos investimentos prioritários proximamente, porque não é justo andarmos a gastar dinheiro praticamente diariamente com sinalizações e passados 2 ou 3 dias estão vandalizadas e danificadas. -----

Relativamente à intervenção da Deputada Lília Silva sobre a Igreja de Podence vou solicitar à Sr.ª Vereadora Sónia de Jesus Afonso Salomé para responder cabalmente sobre esta candidatura. No entanto, não posso aqui deixar de tecer algumas notas que são importantes. As empresas contratadas são sempre empresas que são experts nestas áreas e elas têm que envolver o conjunto da candidatura, e não se podem olhar só pra a parte estrutural, que foi uma prioridade porque de facto chovia dentro da Igreja, mas também para a parte dos painéis setecentistas, como disse e muito bem. Não considero que aqui tenha havido falha do Município, até porque são especialistas que são contratados, são especialistas envolvidos e quando há um dinheiro previsto para um investimento numa área de uma candidatura, temos que nos cingir àquilo que existe e mais do que isso não podemos gastar como é óbvio. Podemos fazer um investimento próprio de fundos próprios municipais, mas em termos orçamentais isso compromete, e depois há toda uma sequência, como disse e muito bem, que deve ser respeitada e a Sr.ª Deputada sabe disso muito bem, pois neste momento está também envolvida em candidaturas, inclusive candidaturas que envolvem também o nosso Município na Associação de Municípios do Baixo Sabor, onde nós tivemos o orgulho de a colocar, de tal forma que até o Baixo Sabor queria que pagássemos todo o seu vencimento, que não era justo porque está a trabalhar para todo o Território, e eu obviamente não aceitei. Aceitei muito bem que estivesse lá para olhar pelos nossos interesses como está e daqui faço uma menção só à Rota dos Frescos, que foi uma candidatura sua e, se certamente nos explicar aqui como é que se faz este tipo de Candidaturas, não vai dizer por exemplo que temos frescos e temos conteúdos para instalar em Macedo de Cavaleiros, mas se por alguma razão houve um mau planeamento das salas de instalação desses frescos nomeadamente na antiga estação, vou culpar a técnica Lília? Claro que não, portanto acho que devemos ter algum cuidado e não fazer pura demagogia. -----  
Posto isto, solicito então à Sr.ª Vereadora Sónia de Jesus Afonso Salomé para que nos faça aqui um esclarecimento mais cabal relativamente a esta questão. -----  
-----

Usou da palavra a **Vereadora Sónia de Jesus Afonso Salomé** que informou o seguinte: “O processo desta Candidatura iniciou-se em 2019 mediante a abertura de um aviso do Património Cultural. Inicialmente era intenção do Município não restringir a Candidatura até à intervenção na Igreja Podence mas sim às 3 Igrejas do concelho que estão identificadas como Património Classificado, Lamalonga e Vilarinho de Agrochão. Houve inclusive algumas diligências e foi conversado juntamente com os Presidentes de Junta para fazer uma Candidatura conjunta e até propor a criação da Rota do Barroco aqui no concelho de Macedo de Cavaleiros. Dado o timing da Candidatura, que são avisos que abrem com prazos limitados, isto também foi proposto por que havia de facto 3 diagnósticos acompanhados pela Direção Geral da Cultura do Norte do diagnóstico das 3 Igrejas. O Município solicitou uma reunião com a Direção-Geral de Cultura no Norte onde esteve presente o Doutor António Ponte, que era na altura o Diretor e, juntamente com a Vereadora, antes de iniciar o processo de Candidatura, fomos conversar com o Diretor Regional para ouvir também o parecer dele



eli  
C. J. F.

mediante a nossa proposta, uma vez que na instrução da candidatura era necessário introduzir um parecer vinculativo da própria Cultura. Expusemos o que pretendíamos fazer, tendo em conta o estado de conservação em que se encontravam as 3 Igrejas, e fomos informados que perante as condições do Aviso a Candidatura não iria alcançar o mérito desejável para ser aprovada e a intenção da criação da Rota do Barroco no Concelho dificilmente seria aprovada, e na verdade não queríamos sair a perder. Tendo em consideração que o nosso concelho tem dois produtos turísticos que aliados à cultura local poderíamos trabalhar e propor na Candidatura, que era o Azibo e os Caretos de Podence. Foi delineado de imediato uma estratégia para instruímos a Candidatura e após análise, entendemos ser mais benéfico associarmos a Igreja de Podence com os Caretos de Podence, e portanto a Candidatura está instruída não só em função da intervenção da Igreja de Podence, prevendo outras ações inclusive, uma de alteração da Exposição da Casa do Careto e visitas acompanhadas. Foram de imediato delineadas as ações que deviam integrar a candidatura que contemplava a intervenção Infra estrutural do telhado que chovia lá dentro, e uma ação de intervenção no património integrado, que é o património religioso em função do diagnóstico que já existia, a intervenção na Casa do Careto e ações de divulgação e de visitação. Passados à instrução da Candidatura, a própria Direção-Geral fez o projeto da parte da Infraestrutural e acompanhou todas as opções que foram feitas na altura. A Candidatura tinha um teto de um milhão de euros, mas de facto não o conseguimos, mas a Candidatura foi aprovada. Posto isto, e depois de uma segunda análise da Direção Regional do Norte no terreno, a obra foi adjudicada decidindo alterar os trabalhos e propor à CDRN alteração da candidatura, que após analisada, verificou-se que em nada alterava o mérito de candidatura e eles aceitaram a alteração dos trabalhos do património integrado pela alteração dos trabalhos do património integrado do teto. Foi então efetuada uma reprogramação da candidatura que foi aceite com o parecer da Direção-Geral da Cultura do Norte, e houve a necessidade de suspender a obra e empreitada, porque o trabalho tem que estar concertado. Entretanto foi lançado o convite, e estamos a aguardar que alguma das empresas recomendadas pela Direção-Geral da Cultura do Norte aceitem o convite e procedam à execução. Quanto á questão do planeamento não considero que não houve planeamento, foi tudo muito bem planeado, também existiam os tais relatórios prévios de diagnóstico do património integrado e portanto considero que foi tudo consertado. A Direção-Geral de Cultura também tem o seu timing, também é uma Instituição que tem muito trabalho e que pressupõe acompanhar todos os processos e, portanto, se calhar houve alguma parte mais morosa, mas de facto falta de planeamento considero que não foi. -----

Novamente no uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** agradeceu a explicação prestada pela Sr.<sup>a</sup> Vereadora Sónia Salomé que considerou cabal, sem receios, com transparência e sem demagogia. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Paulo Ferreirinha que mencionou os gastos da luz e combustível dizer que de facto têm um impacto muito grande entre 20 a 30% nalguns casos de aumento de custos. Como referiu e muito bem, o impacto é grande mas nunca deixámos de pagar aos fornecedores em tempo útil. Relativamente aos Sapadores

Florestais tivemos de facto aqui iniciativas há bem pouco tempo, com a presença da Arquitecta Sandra Sarmento, onde há um compromisso assumido de termos uma base de Sapadores Florestais em Macedo de Cavaleiros, localizado na zona florestal. Quanto à realização no dia 25 de abril da Corrida da Liberdade, foi uma ótima corrida e acatamos a sugestão para a realização da corrida de São Silvestre. -----

No que diz respeito à intervenção da Deputada Municipal Daniela Rebelo já falei aqui e já explicamos a questão da Candidatura da Zona Industrial com um enorme mérito e elevadíssimo. Falhámos por pouco porque de facto havia candidaturas muito fortes na zona e enche-nos de orgulho ficarmos em 4.º lugar. A Zona Industrial é de facto uma das nossas prioridades tem um efeito catapulta muito importante na economia, mas, não podemos esquecer que nós conseguimos aprovar uma candidatura de 1 000 000 de euros que está em execução e iremos dotar de melhores condições, não só as empresas que estão instaladas, mas também aquelas que estão a mostrar interesse em instalar-se. Relativamente à nova estratégia já aqui apresentada para a zona industrial prevê uma ampliação, com outra visibilidade, com outra visão de futuro, com novos lotes ajustáveis. São novas unidades funcionais que já está sinalizada na CCDR do Norte. Relativamente à questão da população, sempre que possível iremos querer os contributos da população, para nos dar ideias por parte das pessoas mais interessadas e também dos empresários que estão instalados na Zona Industrial. -----

Quanto à intervenção da Deputada Municipal Maria José Moreno agradeço porque é muito importante. É verdade que governar não é fácil todos sabemos isso, seja em parte for, até quando há muito dinheiro não é fácil governar, e neste caso em que temos pouco dinheiro ainda mais difícil é. Estas novas conceções de Centros Urbanos falámos aqui de 4 que iriam perder a categoria Centro Urbano Regional na Zona Norte, e estamos a falar de muitos centros urbanos (mais de 80). Estamos atentos e temos estado a fazer reuniões com a CCDRN, com outros Municípios envolvidos, e com as CIMS. O novo modelo de financiamento comunitário baseia-se em investimentos territoriais integrados e são 3 diferentes investimentos. Há um específico para a área metropolitana do Porto, outro dos Centros Urbanos Regionais que envolviam os PEDUS e, neste momento, estamos a lutar para que haja uma alocação das verbas globais regionais nos ITIS CIM que é aí que se vai fazer um investimento.-----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Ilídio Alves dizer que todos nós reconhecemos a enorme importância até pela longevidade que o Rancho da Casa do Povo e das suas fantásticas intervenções e a provar isso estão aqueles fantásticos troféus trazidos das suas representações por toda a Europa, e a Câmara acarinha todas as Associações e sempre que seja necessário o nosso apoio, nós estamos cá para o disponibilizar e para os acompanhar também. Quanto ao esclarecimento sobre a bienal de arte contemporânea, acho que nos vai diferenciar pela positiva, pois não existe na nossa região e já fomos contactados por várias pessoas com interesse em vir a promover e expor a sua arte de uma forma descentralizada por todas as Freguesias. -----



at -  
Gijfil

Quanto à intervenção do Deputado Municipal José Madalena já aqui expliquei o que vão ser essas ITIS. Sobre o Pavilhão Multiusos já está sinalizado e temos um projeto prévio já desenhado, portanto a questão agora é abrir o aviso e esta poderá ser uma obra que poderá oscilar entre os 3 ou 4 milhões de euros, mas que daria uma dignidade a nossa área expositiva e à envolvente. A recuperação da Ribeira está candidatada, mas anteriormente já houve fundos em que podiam ter feito isto e não o fizeram. Mas o que importa é que está sinalizado na área do Fundo ambiental e pela própria APA com quem temos tido conversações contínuas. Quanto à Feira de São Pedro já referi, vamos ter um novo modelo, mais modesto e mais encurtado. A Feira da Caça não se realizou porque seria numa altura em que havia uma oscilação de casos de COVID e ainda bem que não a fizemos. Quanto ao EDRU e o comércio eletrónico, estamos a trabalhar no portal do investidor, queremos melhorar o modelo e já temos negociado esse modelo e o orçamento para o mesmo. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Nuno Trindade, dizer-lhe que essas iniciativas são louváveis e devíamos tê-las em todas as freguesias, porque salvar uma vida não há dinheiro que pague isso e são investimentos tão pequenos. Quanto ao BUPI estamos a trabalhar muito bem, já houve mais de 1600 processos mais de 1000 cadastros realizados e vamos continuar e tentar agilizar o melhor possível, porque não se esqueçam sem cadastro não pode haver regadio. Quanto aos atos de vandalismo nos Gnides de Lagoa, isto faz parte da cultura Geoparque e efetivamente não há justificação para tais atos. -----

Sobre a intervenção do Deputado Municipal Manuel Mico dizer que foi muito oportuna e agradeço, porque de facto as aldeias são também para nós prioridades e a prova disso é com algumas dificuldades também este ano não fizemos grande investimento no Entrudo Chocalheiro, foi mais uma parceria logística e aqui tenho que louvar o trabalho do seu Presidente de Junta de Podence, que teve que ir ao seu orçamento para investir neste evento. Quanto à Feira do Folar não há palavras, são 20 anos é uma marca aqui na região e correu muito bem e louvo também aqui a ação da respetiva Junta de Freguesia, na pessoa do Sr. João Reis. Relativamente aos refugiados e a guerra na Europa estivemos sempre na primeira linha desde o primeiro dia, fomos os primeiros a ter iniciativas de resgate de recolha de mantimentos, alimentos e medicamentos para apoiar, e continuamos a apoiar conjuntamente com o Alto Comissariado. As medidas para combater as fugas posso dizer-vos já que no espaço de um ano, e atenção que fique aqui bem claro que nós tivemos aqui um impasse muito grande, porque a Resíduos do Nordeste assumiu que iria constituir uma empresa trans municipal para melhor gerir o fornecimento e abastecimento de água, e também podermos recuperar nestas contas, pois todos sabem que este é o grande cancro que nós temos, mas neste último ano, conseguimos recuperar receitas de cerca de meio milhão de euros. -----

-----  
**Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra. -----**

**MARIA ADELAIDE SERRA CARVALHO (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “Dirijo-me hoje ao senhor Presidente da Câmara por causa da Casa Mortuária de Carrapatas que foi edificada e inaugurada em 2021. Relacionados com esta obra tão desejada pelos Carrapatenses, há

dois problemas que me inquietam. Hoje quero falar-lhes daquele que considero mais premente que é a falta de luz elétrica naquele edifício. -----

Sr. Presidente, no seu primeiro mandato teve em consideração a população de carrapatas ao definir como prioridade para a nossa Freguesia, a construção da casa Mortuária, dotando-a de verba no valor de 92.000,00€. Esta obra foi delegada na Junta de Freguesia de então e foi adjudicada pelo valor de 67.500€. Foi iniciada no último trimestre de 2020 e terminada no terceiro trimestre de 2021. Foi feita a bênção da casa, na presença da população da freguesia no dia 14 de Agosto e, no dia 18 de setembro velou-se lá um Carrapatense. Naqueles dois momentos parecia estar tudo bem, como é normal, numa obra acabada de executar e que é posta ao serviço da comunidade. Nestas duas ocasiões a Casa surpreendeu pela positiva. Tudo parecia estar funcional para o fim a que se destinava. -----

Quando o atual Executivo da freguesia tomou posse, visitou o edifício e deparou-se com a falta de energia elétrica. Verificou-se o quadro elétrico no interior do edifício e estava ligado. Na parede exterior de acesso ao edifício onde se encontram as caixas para o contador a baixada elétrica, verificou-se a falta de contador e a caixa de ligação da baixada elétrica tinha os cabos em carga ligados ao poste de iluminação pública. Verificada a situação entrámos em contacto com os membros do anterior executivo para nos esclarecerem o motivo da falta da energia elétrica. Estes responderam que tudo se encontra pago, incluindo a baixada e que dentro de dias o contador seria instalado, situação que ainda se encontra por resolver. -----

Tendo em conta tudo isto, pedi esclarecimento à E-REDES sobre este processo e a resposta foi que ainda não chegou até esta Empresa (E-REDES) qualquer pedido de contador para a Freguesia de Carrapatas. Informaram ainda, quais os documentos necessários para a requisição do contador. No dia 6 de fevereiro o Executivo e o Presidente da Assembleia de Freguesia, reuniram na Sede da Junta de Freguesia com o empreiteiro e o electricista que executaram a obra e entregaram-se todos os documentos indicados pela E-REDES, ao electricista contratado pelo empreiteiro que se comprometeu a resolver a situação o mais depressa possível. Até ao momento nada aconteceu. Como até agora, já foram executadas várias diligências no sentido de encontrar solução para o problema, reuniões com o anterior executivo, reuniões com o empreiteiro e o electricista, telefonemas, cartas registadas com aviso de receção e até mesmo uma exposição escrita à Câmara Municipal e nada surtiu efeito, e porque já não sabemos o que fazer, apelo a V.<sup>a</sup> ex.<sup>a</sup>, aqui na casa da democracia, em nome dos Carrapatenses, que nos ajude jurídica e administrativamente a resolver esta situação e colocar aquele edifício ao serviço da população.” -----

**CARLOS MANUEL LOURENÇO RODRIGUES (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “Quero fazer um pequeno aparte antes, para dizer ao Sr. Presidente que acho que não dignifica a casa nem dignifica a plateia menções que se possam fazer diretamente a visar pessoas, nomeadamente em relação a empregos, salários etc. Acho que isso é de facto de evitar e não dignifica ninguém. Em relação à questão do apoio à agricultura ao senhor Presidente fez aqui uma boa finta. Eu falo em apoios diretos a gasóleos e adubos e o senhor Presidente diz-me



eli  
fial

que tem sinalizado um projeto para regadio. Penso que foi aqui alguma falha de comunicação entre nós. Sei que decorre um apoio para o cancro do castanheiro não sei se tem possibilidade ou não de fazer um apoio semelhante, seja para a compra de adubos porque se calhar já vamos tarde, no entanto, pense nisso. Deixo-lhe também uma referência a um apoio que foi feito num município vizinho (e não vale a pena falar em nomes) para apoio financeiro a projetos agrícolas. No nosso caso devido à pouca disponibilidade financeira que o senhor diz que a Câmara tem neste momento, peço-lhe que o faça para os jovens agricultores e que dê aqui um sinal de que realmente está empenhado em ajudar a agricultura e em apoiar os jovens para que se fixem os jovens aqui. Encontre uma rubrica em que possa ajudar os jovens nessas candidaturas não precisará certamente de muito apoio. Por fim deixar aqui também uma nota de que quando nos diz que o EDRU está amorfo e anímico devido à pandemia, eu penso que a pandemia que o senhor se referirá será a saída do Sr. Engenheiro Henrique Palma que, esse sim era o mentor do projeto, e infelizmente não o vimos mais aí, demonstrando não haver da parte do Executivo qualquer interesse na agricultura, no EDRU e no desenvolvimento rural. Mas acredito que possa mudar, e digo-lhe que até pode contar comigo mesmo se precisar de ideias para trabalharmos para isso.” -----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Que disse: “Em relação à estrada municipal 537 é praticamente impossível transitar nela, não é seguro e vai provocar danos materiais e esperemos que não provoque algum acidente mais grave e gostava que reparassem aqueles buracos. Sei que o senhor Presidente tem prioridades e como sei como são as prioridades do município, é por isso que eu digo que por exemplo no desporto a prioridade é fazer uma bancada de 100 mil euros, quando é proibido haver gente a ver espetáculos, e não é prioridade uma tabela de 1000 mil euros quando uma equipa de basquete feminino vai embora daqui para Bragança jogar, ou seja, vai representar Macedo na cidade de Bragança por um custo mínimo de 1000 euros, e depois assistimos aqui do género do programa da Fátima Lopes dos anos 90 o “perdoa-me” e esquecemo-nos de pedir perdão também a todos os restaurantes e a todas as lojas que vendem produtos tradicionais, porque eles sim foram os grandes prejudicados por isso. -----

**CLÁUDIO MIGUEL BENTO TROVISCO (PSD)** – Que disse “em relação à economia das aldeias, nós não temos absolutamente nada contra aquilo que se faz nas aldeias, antes pelo contrário, acho que se devia fazer muito mais. Eu estive na Feira do Folar em Vilarinho de Agrochão e estive em Podence no Carnaval e posso dizer que me diverti imenso, foram momentos de um convívio muito salutar, mas nunca ficarei satisfeito com o que quer que veja nesses eventos porque podemos sempre fazer muito mais e melhor. Aliás em qualquer um deles que seja, se não houver um crescimento contínuo, estamos sempre a perder. Estarmos parados ou sempre da mesma forma é a mesma coisa que estar a perder, portanto, mesmo em termos económicos comparar este tipo de eventos que se fazem nas freguesias ao comércio diário e contínuo de uma cidade é um bocado injusto, nem que seja a nível fiscal. No que

respeita à Zona Industrial e à resposta do senhor Presidente, eu sei bem do investimento de 1,1 milhão e como é óbvio não o condeno, antes pelo contrário, no entanto insisto que não podemos esquecer os empresários que já se encontram lá instalados há muitos anos, e que investiram e investem milhares e até milhões e que todos os dias lidam com as parcas condições da Zona Industrial. Se de facto é uma das prioridades deste Executivo, está na altura de eu começar a demonstrar de forma perceptível. O senhor Presidente faz questão de dizer que a forma como o Executivo toma as suas decisões é de acordo com as prioridades. Bem-vindo senhor Presidente, essa é a sina de todos os comerciantes e empresários do nosso concelho e provavelmente de todo mundo. Todos os dias tem de tomar decisões com base em prioridades, se bem que com a responsabilidade acrescida de não poderem falhar. -----

-----  
**LILIA MARGARIDA PEREIRA DA SILVA (PSD)** – Que disse. “Agradeço as palavras da Senhora Vereadora Sónia Salomé. É verdade aquilo que a Senhora vereadora disse há níveis de necessidade de intervenção em qualquer tipo de património, mas aquilo que eu vim cá questionar e o nível de necessidade de intervenção tanto nos tetos como nos altares eram o mesmo, porque é que não foi tudo previsto na mesma candidatura. Tão só e simplesmente isto. Em relação ao senhor Presidente dizer-lhe que demagogia é falar na minha vida profissional e na minha vida pessoal. Compreendo que me queira atacar para camuflar as questões colocadas, mas o ataque gratuito não lhe fica bem assim e pouco dignifica o cargo que representa.” -----

-----  
**JACINTA LÚCIA CATARINO LOPES (CDS)** - Que disse: “em primeiro lugar quero agradecer ao Sr. Vereador Rui Vilarinho que depois de muito trabalho e reclamações, o basquete já tem tabelas, e já estamos a receber as equipas adversárias não em Bragança, mas em Macedo, como aconteceu ainda no sábado passado. -----

Ao Sr. Presidente dizer-lhe que acho que está aqui fisicamente, mas depois em pensamento provavelmente estará noutra sítio, porque nas suas respostas referiu que eu falei na zona industrial e que supostamente eu terei dito que o executivo perdeu várias verbas, e isso não é verdade, porque a minha intervenção foi entregue ali porque é uma proposta para ser votada. Portanto, demagogia é o Senhor Presidente dizer coisas e não ter uma postura séria, porque o senhor pode responder o que quiser, mas o senhor não pode dizer que eu disse coisas que não é verdade, porque isso é que é uma postura pouco séria e dizer que a minha proposta é demagógica quando existem necessidades para creches, para crianças dos zero aos três anos, e a resposta no privado está limitada ao número de vagas e ao licenciamento que lhe é dado, e na realidade não existem vagas suficientes, e quando apresento uma proposta para criar vagas mais vagas em Macedo, a preços e custos para ajudar as famílias mais necessitadas, não me parece que seja demagogia. Falar de Natalidade e depois dizer que em todo o país está a um nível muito baixo e depois cruzar as mãos e não fazer nada, não é a propriamente a minha postura e não é certamente a postura do CDS. Fazemos uma proposta e até lhe dizemos onde



ee  
Cij  
fich

pode ir buscar verbas (no PRR com financiamento a 100%) é demagogia? Pergunto a esta Assembleia se acha que a minha proposta é demagógica? -----

**MANUEL JORGE MACHADO OLAIO (UPM)** – Que disse: “começo por dizer ao Sr. Presidente da Câmara que fico triste, porque a minha intervenção o entristeceu e esse, não é de perto nem de longe o propósito. Dizer-lhe que ontem antes da celebração do 25 de abril tive a oportunidade de estar com um amigo de infância e de longa data, que eu já não via há muito tempo, e esse amigo mais velho que eu com quem privei diversas vezes na minha adolescência, já nessa altura nada lhe faltava e para mim era um líder. Neste momento recebe 500€ /mês, tem um contrato de trabalho precário, está doente e continua a trabalhar, não tem médico de família, é caso para dizer que abril virou-lhe as costas a este indivíduo. Cultura para o Senhor Presidente é Geopark, mas este ser humano tem necessidades humanas básicas, e não sai desse registo, e como já lhe disse quando era criança era um líder. Neste percurso muita coisa se perdeu e muitas pessoas se perderam tanto em Portugal como aqui em Macedo. Portanto se fica triste com as minhas palavras o meu propósito não é esse. Felicito a Câmara Municipal pelo Protocolo estabelecido com a Autoridade Tributária e Aduaneira. Um protocolo que parece ter passado despercebido, dada a ausência de qualquer publicitação de que nos tenhamos apercebido e que, comparativamente, com outras pretensas notícias que a Câmara por vezes insiste em propagar, mereceria que lhe tivesse sido dada outra atenção. Não conhecendo o protocolo em pormenor, pois ao que nos parece não foi dado conhecimento dele à Câmara ou à Assembleia, mas sabendo nós os contornos de protocolos semelhantes em outras autarquias, verificamos que a Câmara de Macedo sentindo-se incapaz de receber coercivamente as faturas de água de um número significativo de consumidores, auxilia-se da máquina bem oleada da Autoridade Tributária para obrigar esses munícipes ao cumprimento do dever de pagar esse serviço. -----

Sr. Presidente da Câmara, não precisam de ter vergonha de publicitar uma iniciativa destas pois, na perspetiva do grupo parlamentar Unidos por Macedo, são medidas como esta que valem um mandato. Tendo em conta os problemas crónicos com o não recebimento da água de muitos consumidores finais, esta é a melhor forma que a Câmara tem para educar, repetimos, é a melhor forma que a Câmara tem para educar os consumidores habituados a não pagar. É a forma mais justa para com todos aqueles que pagam. Dizer também que não sei quando teve início este protocolo, mas gostava de saber se as dívidas que estão para trás vão ser esquecidas, se vão ser cobradas e se vai haver sensibilidade da câmara para os macedenses que têm dificuldades económicas?” -----

**MARIA JOSÉ VIEIRA TEODORO MORENO (PSD)** – Que disse “Sr. Presidente o concelho é um todo e, reitero porque o senhor Presidente não me respondeu a minha pergunta quanto às Freguesias. Respondeu sim, quanto à dotação dos fundos mas, não respondeu às freguesias, por isso gostaria que depois me respondesse no que respeita às freguesias que não ficaram

com dotação. Dizer ao Senhor Deputado Manuel Mico, que as aldeias foram sempre acarinhadas nos executivos anteriores e o senhor sabe, porque andava com eles nessa altura, o senhor acompanhou-os braço a braço e lado a lado e, esses executivos, para memória futura, fizeram muito pelas aldeias, e então no que diz respeito ao evento do entrudo de Podence, foi excelente não ponham isso em causa nem coloquem em causa a posição do Senhor Presidente da Junta nem sequer a posição do Senhor Presidente dos Caretos. Mas e a cidade? Como é que ficou a nossa cidade como ficou de Macedo de Cavaleiros? Como é que nós promovemos a nossa cidade? Só promovemos as aldeias? E como damos a conhecer Macedo a quem nos visita, que em boa verdade apesar de haver obras está uma cidade morta, e sem dinamismo? Nos anteriores executivos existia dinamismo e por isso vocês têm que ter um bocadinho também de ponderação quando falam deles. A nossa economia como já disse o meu colega de bancada Cláudio Trovisco, está realmente deficitária, mas dizer-lhe que eu acredito que tudo que passe pela mão do senhor Presidente tenha equilíbrio, porque todos os Governos sejam Centrais sejam Locais no fim dos seus mandatos deixam dívidas, e o senhor Presidente se no fim do seu mandato não deixar é de louvar, mas vou deixar um apelo porque temos de deixar de ser calimeros. Os outros é que têm sempre a culpa. Não. Há que arregaçar as mangas, há que trabalhar, colmatar e resolver as situações. Há que olhar para o futuro e deixar o passado porque já passaram 4 anos e já está no seu segundo mandato.” -----

-----  
**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados. -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** relativamente à intervenção da Senhora Presidente de Junta e Deputada Adelaide Carvalho dizer-lhe que, é um assunto que eu desconheço completamente porque se me tivesse interpelado sobre este assunto eu tenho um canal direto com um dos CEOS que é responsável pelas autarquias, mas vai-me entregar o processo e eu vou tratar disso, mesmo não sendo da responsabilidade do Município. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Carlos Rodrigues dizer-lhe que, mencionei aqui pessoas e para quem percebeu, foi de forma positiva pois até disse “com orgulho indicamos essa pessoa a Associação de Municípios e com competência na área da cultura”, e até falei numa candidatura e servi-me disso para dar o exemplo do que pode falhar. Portanto continuem a não fazer demagogia. A minha política é puramente cívica por dedicação à causa pública e vocês sabem que eu não preciso da política para nada, não vou ser Ministro, Primeiro-Ministro nem Presidente da República. Estou aqui pelo interesse da nossa Terra, porque no momento em que eu tinha que decidir em ficar ou ir embora a decisão foi ficar. Relativamente ao orçamento de estado parece que não percebeu aquilo que eu disse. Estamos a aguardar que venha o orçamento de estado para ver as medidas que vão ser tomadas nessa área (agricultura), e depois sim, teremos que ter equilíbrio. Quanto aos jovens agricultores



eu  
fui

dirijam-se ao EDRU, candidatem-se, peçam informações que estamos cá para apoiar. Eu nunca disse que o EDRU estava “morto” antes pelo contrário, está bem vivo, mas efetivamente atravessou um período mais calmo durante a pandemia, como aliás também aconteceu com os Municípios, as Feiras e com a economia. Tudo sofreu um abrandamento e todos sabemos disso. Relativamente à intervenção do deputado municipal David Martins, eu não estou a dizer que a estrada municipal 537 não seja importante, mas é verdade que tem um movimento muito escasso, mas não quero com isso dizer que não seja prioritária, mas efetivamente temos outras prioridades, nomeadamente aquela estrada que eu mencionei que tem certamente 10 vezes mais movimento. Portanto nós temos que ter alguma ordem na nossa linha de investimento e de prioridades. -----

Relativamente à resposta sobre os investimentos desportivos, agradeço a intervenção da deputada Jacinta porque de facto respondeu e já não preciso de responder eu. Relativamente aos investimentos que nós continuamos a fazer no desporto, dizer-vos que vamos continuar a fazer. As bancadas do Azibo foram dos melhores investimentos que fizemos em termos desportivos, em termos de imagem pública nacional, porque neste momento vocês sabem que as seleções nacionais vêm aqui estagiar nas áreas do futebol de praia, e dizem que é o melhor campo para jogar e as melhores bancadas para assistir aos eventos. -----

Relativamente à intervenção do deputado municipal Cláudio Trovisco, já falei na questão do investimento na zona industrial. Mas dizer novamente que continuamos a apostar e a comprar terrenos, porque nos 16 anos atrás não o fizeram nem tiveram esta visão de ampliar a zona industrial, e nós estamos a ter o cuidado nas pessoas que já lá estavam e louvo os empresários que continuam a serem resilientes, como é o vosso caso, que continuais a construir pavilhões e a apostar na zona industrial, porque acreditais e temos de ser todos a trabalhar nesse sentido. -----

Relativamente à intervenção da deputada municipal Lília Silva que abordou a questão da dignidade, dizer-lhe que foi com dignidade que eu disse, e se eu não tivesse dignidade, sabe perfeitamente que não estaria no lugar em que está. Porque apostei e acreditei que podia ir para aquele lugar e, como bem sabe, fui eu, e isso assumo-o aqui e não preciso de dar pormenores. Portanto não me venham aqui criticar por o mencionar, porque apenas o usei aqui como um exemplo, e quem ouviu, sabe perfeitamente que eu falei foi com orgulho que nós indicamos o seu nome para aquele local, onde não tenho problema nenhum em dizer aqui que está a desempenhar um excelente serviço e ninguém pôs em causa a dignidade do seu profissionalismo, porque caso contrário não a tínhamos indicado na altura. -----

Relativamente às tabelas de basquete já foi respondido, mas quero agradecer à Deputada Municipal Jacinta Lopes por nos ter lembrado que já estão funcionais. Dizer-lhe também que quando falei em demagogia eu não me estava a dirigir a si. Não falei das creches, porque quem me dera poder disponibilizar investimento para ter uma creche municipal. A Senhora deputada é que está a por na minha boca palavras que eu não disse. -----

Quanto ao exemplo que o deputado municipal Manuel Olaio aqui nos deixou, dizer-lhe que lamento a existência de situações dessas. E acredite que não há aqui uma “traição” a abril. Nós estamos atentos e há situações sociais que nós resolvemos, não conseguimos resolver todas, principalmente quando não as conhecemos, mas irei tentar perceber quem é a pessoa em causa. Relativamente ao protocolo com a autoridade tributária, informá-lo que foi a reunião de Câmara e foi votado favoravelmente. Quanto á questão da justiça dizer-lhe que iremos tentar ser justo para as pessoas, principalmente com as que têm menos condições. -----  
Relativamente à intervenção da deputada municipal Maria José Moreno sobre a dotação orçamental das freguesias, penso que fui bem claro na explicação que dei, no entanto digo novamente que houve dois PERUS e o que é que nós podemos fazer? Quando nós cá chegamos isso já estavam instituídos. Quanto ao investimento nas aldeias, fazemos o que é possível, mas sem o apoio de candidaturas, porque não se enquadravam e toda a gente sabe disso. Quando diz que temos de deixar de ser calimeros, eu não o sou, apenas tento explicar que há razões que justificam o nosso não investimento. Disse também que agora privilegiamos as aldeias em detrimento da cidade, isso não é verdade, é a economia a rodar e continuamos a ter sinais de recuperação económica. O nosso percurso aqui irá ser sempre em conjunto com uma oposição, séria e certamente a favor de todos nós, portanto estamos cá para continuar o caminho e a cidade felizmente está a crescer. -----

-----  
Neste momento o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a proposta da Deputada Municipal Jacinta Lopes que novamente se transcreve: “De acordo com o diagnóstico social do concelho de Macedo de Cavaleiros e dos dados das estimativas anuais do Instituto Nacional de Estatística o INE, constatamos que o nosso concelho é um concelho envelhecido em que o número de jovens sofreu um grande decréscimo em resultado da queda da Natalidade pelo que necessitamos urgentemente de fixar população e apoiar a Natalidade. Para isso necessitamos criar condições diferenciadoras que possam atrair e fixar jovens à sua Terra. Tendo este município enveredado e assumido desde o início novas competências de acordo com a descentralização que se encontra em curso na área da educação e na área social vem o CDS- PP propor a criação por parte do município de uma creche municipal. Estas são respostas sociais sob a alçada da autarquia que podem propiciar um melhor desenvolvimento físico, emocional e cognitivo da criança. As creches assumem um papel determinante para a conciliação entre a vida familiar e profissional das famílias e são um dos fatores embora não único, mas preponderante para os jovens decidirem ter filhos. A promoção da Natalidade e da parentalidade, também se concretiza através da criação de condições favoráveis para as famílias. Verificando-se carências nas respostas de creche a preços compatíveis com o nível de vida das nossas famílias necessitamos promover o acesso generalizado a serviços de qualidade da educação em especial para as crianças mais desfavorecidas como medida de apoio à família e à natalidade. Desta forma cada vez mais necessitamos estar atentos e agarrar as oportunidades que se encontram ao nosso alcance devemos pois aproveitar as verbas constantes no PRR, e que existem para este fim para poder



aw

ij

fz

potenciar o desenvolvimento neste concelho e apoiar diretamente as famílias na educação e nos cuidados a prestar os seus filhos, pois um concelho sem crianças é um concelho com menos esperança.” -----

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.** -----

Posta de imediato à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

**ORDEM DO DIA** -----

**PONTO 2.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA c) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º E DO N.º 4 DO ARTIGO 35.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

Pelo excelentíssimo senhor **Presidente da Câmara Municipal**, foi dada uma breve explicação acerca da informação escrita sobre a atividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta ata. -----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra:** -----

**DUARTE FERREIRA DIAS (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “Na informação escrita consta que o Senhor Presidente reuniu com o Presidente do IPB por causa da Escola de Negócios, e a minha questão é se já há alguma novidade no que toca à instalação de alguma licenciatura, na referida escola, e se não seria boa ideia começar a analisar outras hipóteses como com a UTAD, Universidade de Aveiro, Universidade Portucalense e Católica, estabelecendo um protocolo que seja para instalar uma Licenciatura, um Mestrado ou um Pólo de Investigação. Tendo a noção que somos transmontanos e que temos um problema grave no que diz respeito à demografia, penso que é uma aposta geral no Ensino Superior também como forma de promover a fixação de novas pessoas, focando-nos ao mesmo tempo naquilo que é o plano industrial, e cada vez mais esta colaboração entre Universidades e Industria, é importante e acho que devíamos tentar fazer alguma aproximação àquilo que são as necessidades da Industria do concelho. Fica, portanto, a pergunta se há algum progresso por parte da Câmara nesse sentido.” -----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Que fez a seguinte intervenção “Senhor Presidente, demagogia é falar que o aumento do valor do endividamento do Município é para a percentagem que o Município paga dos fundos comunitários. Porque se o Sr. Presidente não sabe, já devia saber, que essa verba não conta para essa dívida por ser um empréstimo excecionado. -----

E, a minha dúvida também tem a ver com a parte dos processos judiciais. Desapareceu o processo o n.º 439/11.6BENDL do TAF de Mirandela, no valor de 343 mil euros e desapareceu também o processo n.º 149/12.7BENDL do TAF de Mirandela no valor de 1 milhão, 736 euros.

Sei que a parte do capital já estava paga, mas se não estou enganado ainda exigiram juros sobre essa dívida e não sei se o Município já pagou ou não. Vi também que o Sr. Presidente reuniu com a empresa resíduos do nordeste e sobre esta questão dizer, que o Sr. Presidente em 2017 ganhou as eleições, fez uma auditoria às contas. Sempre que as empresas fecham as contas, que eu saiba, enviam um extrato da conta corrente para o Município e, portanto, eu questiono como é que é possível que passados 4 anos e meio depois, tenha aparecido uma dívida no valor de 220 mil euros? O que anda a fazer a empresa que audita as contas do Município, ou a empresa que audita as contas da resíduos do nordeste, e o que anda a fazer o município quando tem uma participação de 12,2% numa empresa que durante quase 5 anos, ou mais se esquecem de um valor de 2020 mil euros? Agradecia que me explicasse. Na sessão da assembleia de 27 de dezembro de 2017 após uma questão que lhe foi colocada pelo deputado Manuel Mico o Senhor Presidente respondeu assim, (...há também dívidas antigas à resíduos do nordeste que rondam os 800 mil euros e, a Câmara está também a pagar juros disso...), ou seja em 2017 já sabia que havia dívidas à resíduos no valor de 800 mil euros e não sabia dos 220 mil euros? E lembro-lhe que na altura até contrataram um empréstimo para pagar essa dívida.” -----

**NÉLIO JORGE GOMES PIMENTEL (UPM)** – Que disse “quero começar por dizer que reconheço a vossa iniciativa da construção do portal para a assembleia municipal, pois efetivamente são medidas destas que podem aproximar o público, do poder, neste caso do deliberativo, e aproveito para lembrar o papel do senhor 1.º Secretário que penso, que por voluntarismo teve a iniciativa, e fez este portal. -----

Relativamente à informação escrita e quanto á sua forma, no meu entender, e por respeito com as pessoas com quem o executivo reúne, deviam colocar aqui os seus nomes em conformidade nomeadamente quando se referem aos Presidentes das Juntas de Freguesia. Quanto á reunião com a Escola de Negócios, esqueceram-se dela no orçamento para este ano, mas não se esqueceram dela pelo menos na iniciativa de procurar em termos em Macedo, formações que tanto podem ser direcionadas para os estudantes como para os empresários (e dizer que no UPM defendíamos isto no nosso programa eleitoral). Uma aposta forte numa Escola de Negócios e também de uma Incubadora e, tudo aquilo que temos visto até ao momento, e não vejam isto como uma crítica, é muito pouco. E, precisamos de muito mais. Quanto à questão da Escola de Negócios dizer que, também nos podemos focar no Ensino Profissional e o UPM também defendemos isto no nosso Programa Eleitoral. Quando falamos da dificuldade de Macedo em fixar pessoas, ou pelo menos em não as deixar sair daqui, é importante sabermos que nem todos podem ser doutores, porque o povo também necessita de picheiros, eletricitas, canalizadores, trolhas e as empresas de construção em Macedo debatem-se com a falta de mão-de-obra qualificada, e a nossa região carece de investimento na área da formação profissional. Não é desprestígio para ninguém ter uma formação ao nível do 12.º ano de escolaridade numa vertente de trabalho e é também uma forma de evitarmos que algumas pessoas abandonem o nosso concelho. Quanto à questão dos Bombeiros



alg  
fial

Voluntários e a visita a uma série de outros quartéis com vista e a pensar na requalificação do quartel dos Bombeiros de Macedo, nada temos a opor, no entanto colocava apenas uma questão, no passado havia um compromisso entre a Câmara e a Associação Humanitária dos Bombeiros para a Construção de uma BAL, sobre isto penso que não foi deixado nenhum projeto, no entanto questiono se esse compromisso acabou ou se ainda é possível prosseguir? Quanto à Rua Almeida Pessanha e sendo esta uma das ruas/ artérias mais importantes da Cidade, e tendo em conta a reunião que foi realizada questiono, qual é a ideia que têm para esta artéria e o que na realidade pretendem? E dizer que não se esqueçam do envolvimento necessário, antes de tomarem as decisões da população, dos moradores e dos comerciantes. No que diz respeito à BTL relativamente à cerimónia pública da certificação náutica, e porque desconheço, gostaria que explicassem do que se trata a estação náutica, nomeadamente de que forma é que os objetivos que estão presentes nesta estação náutica se podem materializar no terreno, e que torna-se público o plano de produção desta estação para que possamos perceber melhor. A minha última questão tem a ver com a reunião com o grupo SONAE, e questionar se é este o grupo que já hoje aqui o Senhor Presidente falou aqui que vai resolver os problemas da zona industrial, perguntava qual foi a vertente desta reunião, se é que o pode fazer, ou se isto não é mais um daqueles, que durante 4 anos infelizmente nos foi falando que vinham para a nossa zona industrial várias multinacionais, mas que até agora não vimos nada mas que bem precisamos delas.” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados. -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** relativamente à intervenção do Deputado Municipal Duarte Dias, confirmou que a Câmara continua com estas reuniões que têm de ser permanentes, até porque é público que o IPB tem feito investimento em Chaves, onde se está a verificar o desinvestimento da UTAD. Para já conseguimos manter a escola de negócios que registou também um período de abrandamento na sua atividade, mas houve pós-graduações que se foram mantendo e inclusive foram transportadas para outros Institutos, nomeadamente na zona do Ave e do Cavado com a chancela “Macedo de Cavaleiros”. Neste momento estamos a aguardar a abertura de uma nova pós-graduação a qualquer momento, onde há um envolvimento direto da CIM e que será gerida por esta, ficando a Câmara dependente da articulação entre o IPB e a CIM. Sobre o envolvimento da UTAD, efetivamente tivemos negociações com esta Universidade que não demonstrou muito interesse em entrar no território que tem IPB, no entanto há já uma reunião agendada com o reitor da UTAD. Houve a tentativa de um Instituto em se instalar aqui com uma Licenciatura na área do Turismo, mas infelizmente ninguém concorreu, não se conseguindo fazer pelo menos uma turma. Vamos continuar a apostar nas pós-graduações na escola de negócios, vamos continuar nas conversações e há ainda a possibilidade na área da fisioterapia, ser deslocalizada para Macedo novamente a Licenciatura do PIAGET que neste momento está em Gaia, no Porto e em Viseu. -----

Quanto à intervenção do Deputado Municipal David Martins, informar que os dois processos em tribunal que já não aparecem na informação escrita é simplesmente pelo facto de que a Câmara foi absolvida. Quanto ao processo da dívida da resíduos nordeste em 2017, é verdade que a Câmara é proprietária de uma cota de 11,2% e temos parte no lucro, mas a câmara têm dívidas para com esta Empresa. É estranho passados 4 anos aparecer uma dívida de juros e vamos colocar esta questão à Empresa Resíduos do Nordeste. -----

Sobre a intervenção do deputado municipal Nélio Pimentel, a escola de negócios é para continuar e é verdade que precisamos de muito mais, e não podemos esquecer que Macedo está “encaixado” entre dois polos importantes (Mirandela e Bragança), e tendo em conta que somos um município com cerca de 14 mil habitantes entre os quais, jovens são muito poucos. Mantemos o ensino profissional, e já efetuei várias diligências nesse sentido junto da Sr.ª Ministra da coesão territorial e do ministério da administração interna, tendo já inclusive, solicitado um curso profissional na área da proteção civil e estamos a trabalhar para conseguir mais cursos, sabendo que ainda há muita renitência por parte dos nossos jovens para ingressar nestes cursos. Quanto à requalificação do quartel dos bombeiros estamos empenhados em fazê-lo, já há estudos feitos e vamos investir nesta área também. A rua Almeida Pessanha, há já também um projeto inovador que contempla uma via pedonal, com vista a torná-la mais atrativa e que leve as pessoas ao comércio local e ao mesmo tempo que se torne mais agradável aos olhos dos moradores. Relativamente à certificação da estação náutica, ninguém é alheio às notícias que têm saído ultimamente que dão nota que o primeiro caminho marítimo para Santiago nasce duma iniciativa das estações náuticas de Portugal e, estar numa rede destas aumenta o potencial de trazer gente até nós. Neste momento, a estação náutica tem já várias iniciativas previstas, onde estamos já integrados com turismo na região do sul de França e também por toda a Europa, que procuram atividades ligadas à Náutica. Sobre o Grupo SONAE dizer que estamos a trabalhar em várias áreas, e confesso que ficamos muito tristes por termos ficado em 4.º lugar nas candidaturas das áreas de acolhimento empresarial, mas não desistimos.” -----

**PONTO 2.2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DO ANO DE 2021, NOS TERMOS DO ARTIGO 33.º, N.º 1, ALÍNEA i) DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL / APRECIACÃO E VOTAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA I), N.º 2 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----**

**O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de catorze de abril de dois mil e vinte e dois, que se transcreve. “ -----

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021, NOS TERMOS DO ARTIGO 33.º, N.º 1, ALÍNEA e) DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL: DELIBERAÇÃO -----**



el  
Cij  
fil

Presente o documento de Prestação de Contas referente ao exercício do ano de 2021, o qual foi elaborado de acordo com as regras do SNC-AP e da resolução do Tribunal de Contas n.º 3/2012 – 2ª Secção e n.º 4/2001 – 2ª Secção, as quais regulam a organização e documentação das contas das Autarquias Locais perante aquela Entidade. -----

O Documento foi rubricado pelos membros do executivo que participaram na reunião. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por maioria, deliberou aprovar, nos termos apresentados, a Prestação de Contas, relativa ao exercício do ano de 2021 e, nos termos do artigo 25.º, n.º 2, alínea I) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, remetê-la à apreciação da Assembleia Municipal.” -----

(Votação: 3 votos a favor (Benjamim Rodrigues, Rui Vilarinho e Paulo Rogão) e 3 abstenções (Nuno Morais, Clementina Gemelgo e Sónia Rodrigues)” -----

-----  
**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse fazer uma breve explanação à Assembleia Municipal. -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** relativamente a este ponto solicitou ao **Sr. Vereador Paulo José Castro Rogão** para que fizesse a breve explanação à Assembleia Municipal, tendo feito a seguinte intervenção: “Relativamente a este assunto há 3 assuntos que pretendo destacar. O primeiro: esta é a primeira prestação de contas que é elaborada ao abrigo das novas regras do SNC-AP e isso implica que, novas contas contabilísticas e novos relatos financeiros estão aqui previstos e também novas demonstrações financeiras, tal como o evidencia o balanço. Há, portanto, aqui uma situação nova fruto deste novo regime financeiro das contas municipais. No ano de 2021 começo por destacar uma elevada taxa de execução orçamental na ordem dos 83.8%. O orçamento inicial era de 31.420.260,00 euros e tivemos uma execução de 26.350.073,00 euros, 83.8%. A segunda nota é referente à redução da despesa corrente, e um aumento substancial da receita e despesa de capital e isso está evidenciado na parte em que fala no equilíbrio orçamental, que é como podem comprovar, substancialmente elevado. Este é um equilíbrio orçamental no valor de 2.273.620,00 euros, que em termos práticos significa que nós alocamos despesa corrente para despesa de capital. A despesa corrente é para financiar o funcionamento da entidade e conseguimos “desviar” 2.200.000,00 euros para investimento do Município. Uma outra nota é que a 31 de dezembro de 2021 a dívida a fornecedores, que transitamos, foi de 5.404,00 euros, e isto não é um erro, é verdade, e já estão aqui contabilizadas todas as faturas que estavam em conferência. É portanto de realçar este trabalho, nada está escondido e passamos com esta dívida que referi. O prazo médio de pagamento durante o ano, como podem comprovar, é inferior a 30 dias. Já lá vai o tempo em que o Município de Macedo de cavaleiros estava posicionado nos 10 primeiros lugares dos piores pagadores dos Municípios. Isto mostra a credibilidade das contas Municipais. A 31 de dezembro de 2021 a dívida bancária era de 2.449.143,00 euros, a dívida de acordos (e aqui não somos calimeros e temos de dizer que as herdamos), era de 8.726.049,00 euros, estes acordos são as dívidas que herdamos das Águas. Se o Município

tinha pago como nós fazemos hoje, atempadamente à água que compra e à água que vende estes 8 milhões e 700 mil não existiam, o que significa que nós anualmente, não tínhamos que alocar aqui 1 milhão de euros para abater nesta dívida, e serviria para fazer outros investimentos e também para apoiar as Freguesias. Não se trata de ser um calimero, esta é a pura verdade, herdamos esta dívida e estamos a abatê-la. Neste momento de dívida de água estamos com 8. 726.049,00 euros e já lá vai o tempo em que herdamos 12 milhões, porque até agora já abatemos 4 milhões. A dívida total a 31 de dezembro de 2021 era de 12,6 milhões de euros, em 2017 era de 18 milhões, o que quer dizer que, em 4 anos abatemos estes montantes, fora o património que, entretanto, adquirimos. Portanto esta é a realidade que as contas de 2017 evidenciam, uma tendência crescente de diminuição de dívida de 18 milhões de euros em 2017, e hoje estamos com 12.6 milhões de euros e com o pagamento a fornecedores em dia, como sendo uma referência a nível do Distrito e já não constamos das listas negras do anuário dos Municípios. A nossa capacidade de endividamento no ano de 2021 também aumentou de 1.9 passamos para 2.1, o que mostra também o trabalho que temos feito a este nível. Hoje, esta prestação de contas mostra a sustentabilidade das contas Municipais. Há uma situação financeira precária herdada em 2017, apesar da pandemia que atravessamos, apesar até da contratação de novos empréstimos que fizemos, para projetos cofinanciados, mesmo assim com a aquisição do património que fizemos (edifício do Piaget no valor de 1.300.000,00 euros) que este ano já está pago na totalidade, mesmo assim, a Câmara teve um resultado líquido negativo, mas diminuído relativamente ao ano anterior, mas mostra que as contas estão sustentáveis, e temos capacidade de fazer novos investimentos com a contratação de novos empréstimos, pois temos capacidade para isso e também, que é aquilo que mais nos deve engrandecer, com os compromissos que assumimos para com os fornecedores. É este o caminho que o Município deve traçar e, é o que nós estamos a fazer. Estas contas mostram rigor e transparência.” -----

-----  
**Abertas as inscrições, usaram da palavra.** -----

**FERNANDO HUMBERTO GOMES (PS)** – Que fez a seguinte intervenção: “Como sabemos trata-se do 1.º Relatório e Contas Anual deste mandato. Mandato que, esperamos, reforce ainda mais a credibilidade das contas que foram sendo apresentadas ao longo dos últimos anos, destacando-se nas contas de 2021 vários aspetos como a seguir darei nota dos que nos parecem mais importantes: Em termos líquidos, o ativo do Município aumentou cerca de 11,2 milhões de € entre 2020 e 2021, destacando-se investimentos muito significativos que vamos conhecendo e que rondam os 10 milhões de €; Por sua vez o passivo (mais dívida efetiva a pagar) entre 200 e 2021 cresceu apenas cerca de 1,3 milhões de €, destacando-se por exemplo o facto de estarmos a pagar a prazo. Atente-se que no final de 2021 as dívidas a fornecedores ascendeu a 5.404€. Que grande diferença, face a não muitos anos atrás. Sabemos todos os presentes nesta Assembleia que os anos de 2020 e 2021 foram muito difíceis por causa do COVID-19, o que obrigou o Município a maiores gastos e a prescindir de receitas, de forma a proteger os nossos munícipes. Orgulhamo-nos de ter na nossa posse um



aj  
Cij  
f-22

documento de prestação de contas esclarecedor, transparente, com todas as dívidas registadas (ao contrário de alguns anos atrás) e acima de tudo demonstrativo da saúde financeira que este Município começa a ter. Por isso o nosso muito obrigado ao Órgão Executivo, aos serviços do Município, aos parceiros externos (consultores e auditores) e também aos membros desta assembleia, os quais sempre que foram chamados a pronunciar-se souberam dizer “presente”. Solicitava ao Senhor Presidente que nos esclarecesse porque razão está a ser referido na nota 15 do Anexo às demonstrações financeiras que o Município de Macedo poderá ter de vir a pagar á resíduos do Nordeste, S.A., cerca de 220.000€ de juros? Pode informar, esta Assembleia se essa importância consta, ou não, dos documentos de prestação de contas desta empresa (participada pelo Município de Macedo em 11,2%)? É que se constar, sendo a Resíduos do Nordeste, S.A. sujeita a IRC esta importância irá pagar qualquer coisa na ordem dos 45.000€ de imposto, situação completamente absurda e que muito jeito daria aos cofres do nosso Município para fazer face a despesas com os seus munícipes. Sr. Presidente, as empresas municipais, sendo uma extensão dos próprios Municípios, o resultado líquido, se positivo, deveria isso sim ser próximo de zero. Não o sendo, quererá dizer que os munícipes estarão a engordar uma empresa e o próprio Estado pagando mais do que deviam pela recolha dos resíduos. Na minha modesta opinião, o sinónimo de lucro poderá nem sempre ser associado a boa gestão da coisa pública, muito menos quando esse lucro pode ser gerado à custa de sacrifícios dos mais necessitados e das populações do interior, como será seguramente o caso. Quanto ao tipo de relatório emitido pelos auditores do Município de Macedo de Cavaleiros, com toda a frontalidade existe aqui algo que não compreendemos e, se possível, agradeceríamos os respetivos esclarecimentos: -----

Sr. Presidente, sendo uma obrigatoriedade do auditor da AMTQT (Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana) e do auditor da Resíduos do Nordeste, S.A., responder aos pedidos do auditor do Município de Macedo, como se explica que não o tenha feito? Sim. Como se explica que o incumprimento de um dever pelo auditor das participadas “manche” com “reservas” o relatório de certificação legal das contas da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros? É incompreensível e inaceitável, para além de ser já uma situação recorrente. Mas, se no passado até eram auditores diferentes, agora o auditor da AMTQT é o mesmo que o da Resíduos do Nordeste, S.A., o que torna a situação ainda mais absurda. E, pergunto ao senhor Presidente da Câmara: - sabe dizer-nos porque razão não forneceram os dados aos nossos auditores? - Consegue assegurar-nos que o auditor dessas participadas (AMTQT e RN, S.A), fez mesmo o trabalho que seria necessário fazer? - Sabe dizer-nos se sucedeu o mesmo com os auditores dos outros Municípios que integram a AMTQT ou são acionistas da Resíduos do Nordeste? - Sabe dizer-nos se não estaremos perante um incumprimento legal ou doutra qualquer natureza que possa levar à destituição com justa causa do auditor nessas duas Entidades? -----

Sim, porque seguramente todos nós, independentemente da cor política, queremos saber, sem qualquer margem para dúvidas, o que se passa ao nível das contas quer da AMTQT, quer da resíduos do Nordeste para não virmos mais tarde a ter surpresas parecidas como as que

tivemos quando chegamos a esta casa em 2017. Em alternativa ao que acabei de dizer, colocava à consideração deste Executivo que pondere solicitar aos auditores do Município que auditem também as contas destas participadas, pagando-lhes obviamente. Tenho a certeza de que seria útil para todos os presentes a existência de informação credível, transparente e auditada como deve ser. Penso que não existiriam problemas legais ou doutra natureza, mas nada como esclarecer estas dúvidas e depois tomar as decisões em conformidade. -----  
Depois da caminhada que fizemos e da limpeza dos erros do passado, não é possível aceitarmos que a não colaboração de uns coloque em causa a seriedade e profissionalismo de outros. Por não ter existido a recusa de opinião por parte dos auditores concluiu-se a regularidade formal e técnica dos documentos em apreço.” -----

-----  
**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “Sobre este ponto da ordem do dia dizer que este relatório de contas é um documento de continuidade em linha com o que tem sido os orçamentos da Câmara Municipal. No geral há uma apreciação positiva relativamente à evolução dos diferentes rácios e dos diferentes valores. O Senhor Presidente já abordou aqui a questão da água e este documento regista de facto uma evolução positiva mas, a meu ver, não é tanto como diz, a diferença entre as matérias vendidas e as matérias consumidas é negativa em 2020 em 964 mil euros e em 2021 o diferencial negativo reduziu para 723 mil euros, o que quer dizer que de facto houve um ganho efetivo de 241 mil euros que é bastante positivo, mas esperamos que de facto este valor continue a evoluir, para o meio milhão ou até mais que é possível poupar. Em termos de apreciação daquilo que são as contas do Município e o balanço, há de facto uma maior dificuldade de interpretação devido à adoção das novas normas estabelecidas pelo SNC-AP, mas efetivamente o aumento do ativo por força de todas as obras que têm decorrido e que vão engrossando o património do Município, está correto. Dizer também que ficamos admirados como ano após ano, o Senhor Revisor das Contas continue a colocar as mesmas reservas, ou seja, como é possível que duas Entidades participadas pelo Município, aparentemente, fazem o que querem, ou seja, não apresentam contas e quando as apresentam são duvidosas e queixamo-nos sempre do mesmo. Penso que este problema tem de ser resolvido de vez, pois temos o direito de ter contas certas, não só daquilo que depende do Município, mas também do que depende das Entidades Participadas, neste caso em concreto da Resíduos do Nordeste e da AMTQT. Relativamente aos diferentes riscos em encargos que estão previstos que decorrem de processos judiciais em curso em que boa parte tem a ver com juros de mora em dívida e outros processos, um valor de 258 mil euros, quanto a mim não é razoável.” -----

-----  
**LUÍS MIGUEL PEREIRA VAZ (PS)** – Que disse: “É bom as Contas do Município estarem assim e é bem que continuem. É gratificante olhar para este documento porque verificamos que estamos no bom caminho, que aliás prometemos que iríamos seguir e que efetivamente está a ser uma realidade. No seguimento do que referiu o Deputado Municipal José Madalena e em relação à água, nomeadamente há poupança que o Município está a registar, não só do



at.  
ful

pagamento da dívida (juros), no documento não vem explicito porque bens e serviços é um global, pretendia saber qual foi a poupança que o Município teve até agora e a esperada no corrente ano e qual é o objetivo que o Município pretende atingir tendo em conta que a questão da água é o nosso “cancro”. Pretendia saber com tudo o que já se investiu a nível de sensores e redes de água qual é a poupança que esperam ter.” -----

**MANUEL JORGE MACHADO OLAIO (UPM)** – Fez a seguinte intervenção: “O relatório de Prestação de Contas do Município é um documento técnico de grande responsabilidade que pretende e deve refletir com rigor as Contas de Gerência do Executivo Camarário ao longo do ano económico a que reporta. A análise crítica e a discussão séria e honesta deste documento complexo e extenso, carece de um mínimo de conhecimentos a este propósito. -----

Não sendo nós *experts* na matéria e baseando-nos no nosso mínimo de conhecimentos na área, para que a nossa opinião e votação seja séria e consentânea com a responsabilidade que uma discussão desta natureza exige, é nosso entendimento que em primeiro lugar dê-mos crédito àqueles que “sabem da poda” e que com o máximo de conhecimento são chamados a analisar e esmiuçar o conteúdo desta Prestação de Contas – E são eles os auditores contratados para o efeito. -----

Assim, seguindo este pressuposto, como primeira abordagem, o que nos dizem aqueles responsáveis no seu relatório? -----

Dizem-nos que “As demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do município de Macedo de Cavaleiros em 31/12/2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa no mesmo período”. Acrescentam ainda que “O Relatório de Gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as Demonstrações Financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais”. -----  
Esta afirmação, vinda de quem vem, não nos merece qualquer dúvida, muito menos qualquer reparo no que à componente técnica diz respeito. -----

Registamos, no entanto, o reparo dos auditores quanto ao facto de terem detetado, e são recorrentes, algumas incongruências, que constam do relatório, para as quais emitiram “Opinião com Reserva”. Quanto a estas, é nosso entendimento que devam ser supridas com a brevidade possível. -----

Componente técnica à parte e sendo este um documento que reflete a gestão do município, é legítimo e espera-se de nós enquanto Grupo Parlamentar desta Assembleia Municipal, que façamos alguns reparos, os quais pretendemos honestos e coerentes, quanto à sua componente política. -----

Podemos então começar por dizer que este é o mesmo município de 2017, ano da mudança de ciclo. Este é o mesmo município do famigerado orçamento deficitário de 2018. Este é o mesmo município do regularizado e normal orçamento de 2019 e seguintes. -----

Este é o município que não precisava de ter passado por tão mau nome na praça pública, porque afinal não houve o milagre das rosas e a desgraça não era tamanha. Percebemos

porquê... Houve quem o denunciasse na altura. Os mentores dessa montada estratégia obtiveram o resultado esperado. O caminho seguido e a aposta efetuada deu frutos, provam-no o resultado das últimas eleições autárquicas. -----

Houve efetivamente erros grosseiros no passado e que se refletirão no futuro, nomeadamente a forma como se lidou com a gestão do fornecimento de água, que gerou uma dívida penosa para as gestões correntes do futuro, o que aliás e bem, é refletido neste documento de prestação de contas. -----

Este é o mesmo município que muito bem tem continuado a tendência começada em 2013 e herdada em 2017 de redução significativa da dívida. Hoje, este é um município, honras sejam feitas a este executivo, que melhorou significativamente os prazos de pagamento aos seus fornecedores. Embora em termos comparativos não poderemos escamotear o facto de no mandato de 2013 a 2017 se terem vivido tempos de vacas magras originados pela penosa crise financeira internacional. -----

Este documento que nos é apresentado, temos que ser sérios, inspira-nos confiança e não encontramos nele qualquer motivo que nos leve a questionar a sua transparência. -----

Esta é uma prestação de contas de milhões, uma prestação de contas de um número de obras nunca visto e por poucos imaginado. Esta é a prestação de contas da herança do PEDU e do PERU. Esta é a prestação de contas que prova que do passado não se herdaram só desgraças... Herdou-se o maior pacote financeiro jamais atribuído a obras no concelho, neste particular, na cidade. Esta é uma prestação de contas que prova o quão injustos são os atuais membros deste executivo, ao passarem sistematicamente ao lado do reconhecimento e agradecimento pela herança deste programa que os ajudou a reeleger e está a revolucionar a cidade. -----

Teve mérito quem em 2015 candidatou e em 2016 viu aprovadas as verbas para este número extraordinário de obras importantes para a cidade. Teve mérito quem no mandato anterior (2017/2021) deu continuidade ao processo e tem mérito agora este executivo pela implementação e conclusão das obras. Estão de parabéns os macedenses! -----

Todas estas obras darão aos macedenses residentes e aos forasteiros que nos visitem uma visão moderna da cidade, um significativo número de edifícios e serviços modernos e funcionais. Isto é muito importante, tanto mais que serão seguramente estes alguns dos pressupostos que estarão também na base da escolha dos que cá estão para ficarem, e dos que escolham vir para cá – Qualidade de vida e resposta aos anseios de todos eles. -----

Tudo isto será em vão se, paralelamente, não formos rápidos e capazes de implementar medidas que nos levem a um rápido e estruturado desenvolvimento económico, no fundo, a base essencial para fixar os nossos jovens e para que, aqui, todos tenhamos futuro. -----

Importa agora, em concreto, este documento de prestação de contas, para o qual apresentamos o nosso veredito, a nossa posição. -----

O Grupo Parlamentar UNIDOS POR MACEDO é uma formação política que nasceu com o processo das Eleições Autárquicas de 2021. -----



alg  
f-2

Por assim ser, esta formação política não teve qualquer participação e responsabilidade na discussão e aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021, documento ao qual se reporta esta prestação de contas. -----

Bastaria esta última condição para, em condições normais e habituais, nos abstermos na votação nesta Prestação de Contas de Gerência relativas ao exercício de 2021. Mas, pelo exposto e numa atitude de oposição responsável e construtiva, o Grupo Parlamentar UNIDOS POR MACEDO votará favoravelmente as Contas de Gerência apresentadas, relativas ao ano económico de 2021.” -----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Que disse: “Começo por referir que o Sr. Vereador anunciou que esta era a primeira vez que Prestação de Contas eram apresentadas de acordo com o SNC-AP mas, eu penso, que esta já é a segunda vez. Ao Senhor Presidente pergunto se a Empresa resíduos do Nordeste envia, ou não, o extrato de conta corrente no final do ano? Se os 200 mil euros de dívida de juros já estão neste documento de contas? Na página 29 tenho uma dúvida e além disso dizer que há uma gafe do Senhor Vereador Paulo Rogão, quando referiu que a dívida era do total de 12.636.412,00 euros mas, na realidade, depois tem de se acrescentar 300.270,00 euros, o que dá um total de 12.000.936,00 euros, que passa de 12 milhões e meio para 13 milhões, que é uma diferença de erro razoável. Vistas bem as coisas a dívida a 31 de dezembro de 2021 era de 12 milhões, 936 mil e 683 euros e no ano anterior (2020) a 31 de dezembro era de 13 milhões, 172 mil e 429 euros – temos aqui uma diferença de 200 mil euros que foi abatida de um ano para o outro e não me parece que seja um valor muito significativo quando estamos a falar de um orçamento na ordem dos 30 milhões de euros. A minha dúvida na página 29 é falarem das participadas e diz o seguinte “...Á dívida total individual referida terá de se adicionar as contribuições das entidades previstas no artigo 54.º, nomeadamente a Associação de Municípios da Terra quente Transmontana e da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, na qual o Município tem participação/contribuição na ordem dos 26% e 12%, respetivamente...”. Perante a comunicação feita por aquela Entidade, acresce à dívida total do Município o montante de 300 mil euros. Pretendia saber qual destas duas Entidades é que faz crescer estes 300 mil euros e se a outra Entidade não faz crescer nada, ou não nos dá nenhum proveito. Outra dúvida é referente aos empréstimos a médio e longo prazo “...custos de empréstimos obtidos...”. Há 3 empréstimos, um deles, contratado no BPI para pagar a dívida da resíduos, o acordo das águas com o BEI feito no ano de 2020, para pagar em 286 meses e há outro acordo com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo realizado em 2019 também para pagamentos de dívidas da água. Gostava de saber porque não foi enquadrada esta dívida com a do BEI, tendo em conta que a taxa de juro é muito mais baixa e porque é que o valor aqui em dívida de 7 milhões, 454 mil quando na ata de 27 de dezembro de 2017 tínhamos uma dívida de 5,6 milhões à Caixa de Crédito Agrícola com um juro de 7,5%, porque motivo a dívida subiu quase 1 milhão e 800 mil euros? E de que forma é que a câmara vai conseguir cumprir esse acordo com a Caixa de Crédito Agrícola, com uma despesa anual para cumprir esse acordo de 5 anos de 2 milhões

273 mil, 587 euros e 61 cêntimos, acham que conseguem cumprir este acordo ou já o renegociaram a pensar em renegociá-lo? Lembro que a dívida gere-se, não se paga. No mapa 6 referente aos empréstimos nos “outros empréstimos a longo prazo”, temos empréstimos de médio e longo prazo no valor de 2 milhões, 549 mil, 143 euros, e outros empréstimos de médio e longo prazo com 8 milhões, 726 mil dos Acordos, no mapa 6 como referi não nos aparece este valor dos 8 milhões, provavelmente haverá alguma razão mas não sei qual é. No empréstimo do BPI feito em 2019, o valor contratado foi de 774. 533,00€, o utilizado foi 527. 222,00 €, pergunto se só foram buscar este valor ao inicial. Em pagamentos anteriores temos amortizações no valor de 122 mil, 902,60 euros, juros 65 mil euros e o total em dívida está igual ao total utilizado. Pode ser uma gafe e a ser no final vai haver diferença nos valores. “ ----

-----  
**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Disse que a Prestação de Contas é um documento técnico, mas reflete a atividade de um ano, que por sinal foi difícil se tivermos em conta a pandemia e também com muitas obras, por isso o grupo parlamentar do PS congratula-se com o Município pelo trabalho desenvolvido. A dívida do Município diminuiu, a capacidade de endividamento aumentou, o pagamento aos fornecedores é inferior a 30 dias e isto é muito importante, incluindo aos empreiteiros das obras, que são valores significativos. Entendo que esta Câmara está no bom caminho e estes documentos têm a sua importância, porque cheguei a votar aqui alguns em outros mandatos e mais tarde verificamos que não estavam corretos. O aumento da capacidade de receita na água é já um espelho do trabalho que foi feito por esta câmara, e nesta prestação de contas já o evidencia, para além de que não é todos os dias que vemos uma capacidade de execução na ordem dos 83%, isto é muito bom. Um aparte é relativamente ao que sempre foi aqui a minha atitude e continuará a ser, pedir sempre para as Freguesias. O partido Socialista vai votar a favor do documento de prestação de contas. -----

-----  
**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados. -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** relativamente à intervenção do Deputado Municipal Fernando Gomes que apresentou uma análise cuidada de todo o documento e quanto à questão da Resíduos já tive oportunidade de o dizer, e a câmara é alheia ao que se passou porque revertem a um período anterior ao nosso mandato. -----

Sobre a intervenção do Deputado Municipal José Madalena refiro-me ao exercício desde que nós implementamos estas medidas mais assertivas, concretamente desde maio de 2021 até março de 2022. No total do mandato andamos perto de 1 milhão de euros que podemos reduzir. -----

A intervenção do Deputado Manuel Olaio baseou-se na leitura de um texto exaustivo e não tenho nada a acrescentar. -----

Quanto ao Deputado Municipal David Martins dizer que posso pedir ao Sr. Vereador da área Financeira para que lhe possa esclarecer as dúvidas, e ao Deputado Municipal Manuel Mico



ca  
Caj  
f-22

agradecer as suas palavras aproveitando para dizer que a taxa de execução que temos tido não deixam ficar mal o Município e a vontade mesmo assim é de melhorar, mesmo a nível de Candidaturas. -----

**Por último o Sr. Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento à Assembleia Municipal que por motivos de agenda, a partir deste momento, se iria ausentar da reunião.** -----

Concedida a palavra ao **Vereador Paulo José Castro Rogão** começou por dizer que, o documento em análise é referente ao exercício de 2021 e sobre a questão das águas dizer que o caminho se faz caminhando e, os números de 2020 face a 2021 resultam numa poupança de 226 mil euros, isto é, a câmara conseguiu poupar aos munícipes 226 mil euros e conseguiu fazê-lo, aumentando a receita e diminuindo a despesa. Face ao ano de 2020 há esta diminuição, mas o Deputado David Martins diz que é pouco, mas aproveito para lhe dizer que no passado subia. Em 2017 o défice da água era de 1 milhão, 800 mil e 25 mil euros, hoje (2021) o défice são 882 mil euros, isto é, em 4 anos a câmara municipal (executivo anterior) poupou 1 milhão de euros, e nos números não há demagogia pois são o que são. Fica a nota que se a câmara a cada ano conseguir poupar 200 mil euros, à semelhança do que aconteceu no ano anterior dentro de 2/3 anos estaremos dentro dos valores normais de qualquer Município. Depois referindo-me à intervenção do Deputado Manuel Olaio dizer que, me recordo no passado quando começamos a alertar para a questão da dívida aos fornecedores, que era elevada e que não conseguíamos pagar a tempo, houve alguém da sua candidatura que veio dizer que queria ver se quando a câmara começasse a ter as grandes obras, se continuaria a pagar a tempo e a horas aos fornecedores. Como vêm, mesmo com grandes investimentos, a câmara não só consegue continuar a pagar a tempo e a horas aos fornecedores, como até consegue reduzir o prazo de pagamento. Sobre algumas das questões do deputado municipal David Martins, nomeadamente porque que motivo um determinado acordo não foi integrado no BEI, dizer que a dívida que está no BEI é referente ao ano de 2017, só deste ano, porque as outras já estavam contratualizadas com o consórcio de 3 Caixas de Crédito Agrícola e uma outra dívida com a Caixa de Crédito Agrícola de Vila Real. Portanto, apenas a dívida de 2017 da qual ainda não havia acordo é que foi possível enquadrá-la, todas as outras já estavam acordadas e o que fizemos foi uma renegociação com as Caixas de Crédito Agrícola relativamente a estas duas dívidas. Perguntou porque razão nos mapas dos empréstimos não constam os acordos, dizer que uma coisa são empréstimos e outra coisa são os acordos. Porque é que o valor que está na dívida apesar de não utilizado, está contabilizado na dívida da câmara, é mais um exemplo da nossa transparência. Relativamente à questão das provisões serem insuficientes e a questão da condenação que o Município teve. São duas coisas distintas. No caso do terreno do parque urbano esta situação não se vivenciava no ano 2021 portanto, não podiam as Contas de 2021 evidenciar a situação desta ação judicial que agora terminou motivo pelo qual não estava provisionada. Quando refere que as provisões que constam do Documento são insuficientes dizer-lhe que é um erro contabilizar os valores que

estão na ação e que eventualmente a câmara vai pagar e em termos de provisão esta câmara entende que são suficientes se não forem atempadamente termos de os provisionar. -----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Que disse: “As contas que aqui apresentei são contas de merceiro e além disso foi para isso que fomos eleitos, para apresentarmos as nossas dúvidas. Relativamente ao empréstimo no BPI a minha dúvida não assenta no que foi contratado e o que foi utilizado, o que eu referi é que tem aqui uma amortização no valor de 122 mil euros, que não se reflete no saldo à frente, e esta é a minha dúvida. Nas provisões para o pagamento dos terrenos coloquei as minhas dúvidas devidamente fundamentadas, e na parte das águas não fui eu que disse, foi o Sr. Presidente e o Sr. Vereador que disseram que iam fazer um Acordo com as Águas tendo em 2017 até chamado a este Acordo a “Lei Macedo” -----

-----  
**O Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao **Sr. Vereador Paulo José Castro Rogão** que esclareceu as dúvidas, agora apresentadas pelo Deputado Municipal David Martins. -----

-----  
**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria com 34 votos a favor e 27 abstenções, dos Deputados Municipais, Sandra Franco, Assunção Gemelgo, Cláudio Trovisco, Maria José Moreno, José Luís Afonso, José Madalena, Lília Silva, Margarida Pires, António Trovisco, Carlos Lourenço, Jacinta Lopes, Amâncio Rocha, Beatriz Pires, Daniela Rebelo, Francisco Oliveira, Adelaide Carvalho, Andreia Eugénio, Miguel Reis, Betina Gonçalves, Leonardo Vila Franca, Luís Rodrigues, Carla Miranda, Fátima Costa, Andreia Baptista, João Salsas, Carlos Maceda e David Martins, deliberou aprovar o Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2021.** -----

-----  
**PONTO 2.3 – ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DE 2021 (1.ª / PROPOSTA – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA a), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL** ----

**O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de catorze de abril de dois mil e vinte e dois, que se transcreve.-----

**MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DE 2022/PROPOSTA: DELIBERAÇÃO** -----

Presente a informação da Unidade de Finanças datada de 11-04-2022, que se transcreve. -----

“ Presente a 6.ª modificação aos documentos previsionais do ano de 2022 composta: i. 2.ª Alteração modificativa ao orçamento da receita; ii. 2.ª Alteração modificativa ao orçamento da despesa; iii. 2.ª Alteração modificativa ao plano de atividades.

Informa-se: Alteração modificativa (revisão) ao orçamento da receita: -----

Contempla o registo contabilístico relativo a contratos de subconcessão da linha de ferro e infraestruturas associadas á mesma dentro dos limites do Concelho de Macedo de Cavaleiros



celi  
fial

por parte das Infraestruturas de Portugal – Património, no valor de 665,00€; - Transferência do Estado na participação fixa do IRS, no valor de 91.140,00; - Aplicação do saldo da gerência anterior, no valor de 69.131,60.-----ii. Alteração modificativa (revisão) ao orçamento

Da despesa: Esta alteração incorpora as rúbricas orçamentais do Plano de atividades, bem como o registo contabilístico mencionado na receita, com exceção do saldo da gerência. -----

iii. Alteração modificativa (revisão) ao plano de atividades -----

Contempla: Algumas Ações / projetos novos e reforços de outros, com contrapartida do saldo da gerência e anulações / diminuições de outras ações / projetos. -----

O Documento cuja referência se designa “Grandes Opções do Plano” tem vertido as alterações ao plano de investimentos (I) e ao plano de atividades (A).” -----

Os mapas dão-se como transcritos, ficando a sua versão, devidamente rubricada pelos membros do executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar a proposta referente à Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2022 e, para efeitos do disposto no n.º 1, alínea a) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submetê-la a apreciação da Assembleia Municipal.” -----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra.** -----

**MIGUEL AFONSO GOMES REIS (PSD)** – Que disse “Gostaria de questionar o Sr. Vereador da razão, ou os motivos pelos quais não incluíram as 5 Freguesias, na Revisão do Orçamento e especialmente Corujas. Gostaria também de saber para quando está prevista essa inclusão.” -----

**NÉLIO JORGE GOMES PIMENTEL (UPM)** – Que disse “As Grandes Opções do Plano e Orçamento sendo caracterizadas como previsionais é normal e expectável que ao longo do exercício várias possam ser as necessidades de ajustamento, tanto do lado das receitas como do lado das despesas. Assim, esta alteração refletirá seguramente e com rigor o exigível e necessário acerto contabilístico e de gestão provocado por variações ocorridas. Nada temos a opor e a obstar quanto ao conteúdo e à forma como esta alteração nos é apresentada, no entanto, e atendendo a que o Grupo Parlamentar Unidos Por Macedo se absteve na votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento, a que esta alteração se refere, por coerência irá também abster-se nesta, e em qualquer alteração ao documento que no futuro venha a acontecer, que não reflita algumas das medidas por nós consideradas determinantes para o desenvolvimento económico do Concelho e que, elencamos na intervenção do nosso Grupo aquando da aprovação do Orçamento nesta Assembleia em dezembro último.” -----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Que disse “Estas Revisões ao Orçamento são normais mas ficamos tristes que não incluam algumas Juntas de Freguesia nossas. Não sei se nesta Revisão se dará a amortização de alguma parte de empréstimo, já que a amortização é um processo que extingue dívidas através de pagamentos periódicos. É a extinção de uma dívida

através da quitação da mesma, e, esta é a minha ideia que eu tenho sobre uma amortização.  
Vou votar contra.” -----

-----  
**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** dada a ausência do Sr. Presidente da Câmara concedeu a palavra ao **Vice- Presidente da Câmara Municipal, Rui Alexandre Serapicos Vilarinho** que respondeu ao Deputado Municipal Miguel Reis que a Freguesia de Corujas não foi contemplada com verbas no Orçamento porque vai ser contemplada em 2023 além de que há uma Candidatura em que uma grande percentagem vai ser para a Freguesia de Corujas. ---

-----  
**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria, com 39 votos a favor, 4 votos contra e 18 abstenções, deliberou aprovar, nos termos apresentada, a 1.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2022.** -----

**Eram treze horas e quinze minutos foram interrompidos os trabalhos para o almoço. -----  
Os trabalhos foram retomados eram catorze horas e trinta minutos.** -----

-----  
**PONTO 2.4- ATIVIDADE INDUSTRIAL DA CARPINTARIA MOFREITA, LD.ª / PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL / DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL NOS TERMOS DA ALÍNEA k), N.º 2 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I Á LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL** -----

**O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de quinze de março de dois mil e vinte e dois, que se transcreve. -----

-----  
-“LEGALIZAÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL DA CARPINTARIA MOFREITA, LD.ª –  
AVALIAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL MEDIANTE DECLARAÇÃO EMITIDA  
PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS: DELIBERAÇÃO -----

Presente a informação do Setor de Gestão Territorial datada de 24-02-2022, que se transcreve.

“ A firma Carpintaria Mofreita, Lda, com sede na Rua da Cegonha, n.º 10, na freguesia de Grijó, vem solicitar à câmara municipal o envio à Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, de pedido para efeitos do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro, que aprovou o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional. O Artigo 25.º - Ações de relevante interesse público, diz no seu n.º 1 que “... *Podem ser autorizadas, a título excecional, utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN.* O n.º 3, diz que o requerimento é acompanhado dos documentos identificados no anexo II da Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril, e dos seguintes elementos adicionais: -----

a) Declaração emitida pela Assembleia Municipal do concelho onde se pretende realizar a ação, comprovando que o projeto é considerado de interesse público municipal; -----



Handwritten signatures and initials in blue ink.

- b) ....; -----
- c) ....; -----
- d) ....; -----
- e) Cópia de alvarás de autorização de utilização válidos, anteriormente emitidos, no caso de se tratar de ampliação da área RAN a utilizar. -----

A requerente não o refere mas supomos que esteja em causa declaração para efeitos de legalização do estabelecimento onde desenvolve a sua atividade industrial. -----

A este propósito, anexa-se à presente, a informação n.º 4, do Req: 364/2017, de 2019/03/19, onde é feito o historial do processo e onde é referido, em conclusão, que “... o uso industrial de carpintaria não é admitido nos Espaços Agrícolas de Produção. Considerando que se trata de pré-existência, podendo manter-se o uso, a ampliação de edifícios fica sempre sujeita aos parâmetros atrás referidos. Verifica-se que o edifício atual, não cumpre a área máxima de construção nem a área máxima de impermeabilização. Qualquer tentativa de legalização, para além dos pareceres favoráveis da Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional Norte e da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural implicará sempre, em nosso entender, uma alteração ao Plano Diretor Municipal que permita enquadrar urbanisticamente o edifício e a atividade”. --Não estando em causa, para já, qualquer tentativa de regularizar a situação do ponto de vista urbanístico, e tendo a firma apresentado apenas indicadores económicos relativos à sua atividade, entendemos que não compete ao Setor de Gestão Territorial aferir do interesse público municipal da empresa.” -----

A Diretora do Departamento de Obras e Gestão Urbanística deu o seguinte parecer: “Concordo com a informação.” -----

O Vereador Paulo José Castro Rogão proferiu o seguinte despacho: “ Proponho o agendamento do assunto à Câmara Municipal afim de avaliar do interesse público municipal deste projeto e assim submeter a apreciação da Assembleia Municipal.” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal atenta aos factos constantes da informação, por unanimidade dos presentes delibera, reconhecer este projeto como de interesse municipal, porquanto a sua execução contribui para o desenvolvimento económico do concelho. Mais foi deliberado, propor que a Assembleia Municipal emita deliberação de igual reconhecimento.”-----

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.** -----

**DELIBERAÇÃO:** Pelos mesmos fundamentos da deliberação da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, por unanimidade dos 60 deputados municipais presentes, deliberou reconhecer o projeto de interesse municipal. -----

**PONTO 2.5 – CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO- ATIVIDADE DE ALUGUER DE BICICLETAS E CARRINHOS E SIMILARES E DE ALUGUER DE TROTINETES ELÉTRICAS E SIMILARES NA ALBUFEIRA DO AZIBO / AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA p),**

**N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO NA SUA  
REDAÇÃO ATUAL** -----

**O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de quinze de março de dois mil e vinte e dois, que se transcreve. -----

**“ ALBUFEIRA DO AZIBO – CONCESSÃO DA ATIVIDADE DE ALUGUER DE BICICLETAS E CARRINHOS E SIMILARES E DE ALUGUER DE TROTINETES ELÉTRICAS E SIMILARES: DELIBERAÇÃO** -----

Presente a informação da Divisão de Ambiente e de Serviços Urbanos, datada de 04-03-2022, que se transcreve. -----

“ A oferta que a Zona Balnear da Albufeira do Azibo possa oferecer determina, em grande medida, a procura daquele espaço como momentos de lazer. -----

Nesse sentido, ao longo destes anos tem-se apostado na diversificação de ofertas durante as sucessivas épocas balneares. O n.º 1, alínea qq) do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estatui que “compete à Câmara Municipal administrar o domínio público municipal”. Por outro lado, o Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo, face a localização das praias, cais e parque de merendas, permite que se possam desenvolver as atividades que ora se propõem, sem que para o efeito seja necessário obter pareceres externos. Neste sentido, proponho: -----

Que a Câmara Municipal autorize a ocupação de 2 (dois) lugares em espaços públicos, os 2 (dois) na praia da Ribeira, um para a atividade de exploração de aluguer de bicicletas e carrinhos a pedais e similares e o outro para a atividade de aluguer de trotinetes elétricas e similares, conforme planta que se anexa. -----

Caso a decisão seja favorável, proponho ainda: -----

- a) Que se adote o procedimento de apresentação de proposta via email. -----
- b) Que a concessão se faça por 4 (quatro) épocas balneares (2022, 2023, 2024 e 2025). -----
- c) Que o valor base da proposta seja: i. Local – 1 para aluguer de trotinetes elétricas e similares, com área de 100,00 m2: €500,00 (mais IVA a taxa em vigor) por época balnear; ii. Local – 2 para aluguer de bicicletas e carrinhos a pedais e similares, com área de 100,0 m2: €500,00 (mais IVA a taxa em vigor) por época balnear. -----
- d) O critério da adjudicação é o preço mais elevado. -----
- e) O critério de desempate será o sorteio entre as propostas. -----
- f) Que o pagamento do valor da concessão seja por época balnear e antes desta iniciar. -----
- g) Nomeação do júri e delegar nele todas as competências delegáveis. -----

Para o efeito junto ainda as condições da concessão (em anexo).” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade dos presentes, para efeitos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea p) conjugado com o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou solicitar autorização à Assembleia Municipal a concessão da atividade de aluguer de bicicletas e carrinhos a pedais e similares e de aluguer de trotinetes elétricas e similares.” -----



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra. -----

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por unanimidade, de acordo com a proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou autorizar a ocupação de 2 (dois) lugares em espaços públicos, os 2 (dois) na praia da Ribeira, um para a atividade de exploração de aluguer de bicicletas e carrinhos a pedais e similares e o outro para a atividade de aluguer de trotinetes elétricas e similares.** -----

**PONTO 2.6 – CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO – ATIVIDADE DE ALUGUAR DE GUARDAS-SOL E SIMILARES NA ALBUFEIRA DO AZIBO / AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA p), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL** -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de quinze de março de dois mil e vinte e dois, que se transcreve. -----

**“ALBUFEIRA DO AZIBO – CONCESSÃO DA ATIVIDADE DE ALUGUER DE GUARDAS-SOL E SIMILARES: DELIBERAÇÃO** -----

Presente a informação da Divisão de Ambiente e de Serviços Urbanos, datada de 04-03-2022, que se transcreve. -----

“A oferta que a Zona Balnear da Albufeira do Azibo possa oferecer determina, em grande medida, a procura daquele espaço como momentos de lazer. -----

Nesse sentido, ao longo destes anos tem-se apostado na diversificação de ofertas durante as sucessivas épocas balneares. O n.º 1, alínea qq) do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estatui que “compete à Câmara Municipal administrar o domínio público municipal”. Por outro lado, o Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo, face a localização das praias, cais e parque de merendas, permite que se possam desenvolver as atividades que ora se propõem, sem que para o efeito seja necessário obter pareceres externos. Neste sentido, proponho: -----

Que a Câmara Municipal autorize a ocupação de 3 (três) espaços públicos, 2 (dois) na praia da Ribeira e 1 (um) na praia da Fraga da Pegada, para a atividade de aluguer de Guardas-Sol e similares, conforme plantas que se anexam. -----

Caso a decisão seja favorável, proponho ainda: -----

- a) Que se adote o procedimento de apresentação de proposta via email. -----
- b) Que a concessão se faça por 4 (quatro) épocas balneares (2022, 2023, 2024 e 2025). -----
- c) Que o valor base da proposta seja: i. Guardas-Sol Ribeira – lugar 1: €2.000,00 (mais IVA a taxa em vigor) por época balnear; ii. Guardas-Sol Ribeira – lugar 2: €2.000,00 (mais IVA a taxa em vigor) por época balnear; iii. Guardas-Sol Fraga da Pegada: €1.000,00 (mais IVA a taxa em vigor) por época balnear. -----

- d) O critério da adjudicação é o preço mais elevado. -----  
e) O critério de desempate será o sorteio entre as propostas. -----  
f) Que o pagamento do valor da concessão seja por época balnear e antes desta iniciar. -----  
g) Nomeação do júri e delegar nele todas as competências delegáveis. -----  
Para o efeito junto ainda as condições da concessão (em anexo).” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade dos presentes, para efeitos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea p) conjugado com o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou solicitar autorização à Assembleia Municipal a concessão da atividade de aluguer de Guardas-Sol e Similares.” -----  
-----

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.** -----  
-----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por unanimidade, de acordo com a proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, autorizar a ocupação de 3 (três) espaços públicos, 2 (dois) na praia da Ribeira e 1 (um) na praia da Fraga da Pegada, para a atividade de aluguer de Guardas-Sol e Similares. -----  
-----

**PONTO 2.7 – CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO BAR-QUIOSQUE – PARQUE DE MERENDAS DA ALBUFEIRA DO AZIBO / AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA p), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL** -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de quinze de março de dois mil e vinte e dois, que se transcreve. -----

“ALBUFEIRA DO AZIBO – PARQUE DE MERENDAS – CONCESSÃO DA ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO DO BAR-QUIOSQUE: DELIBERAÇÃO -----

Presente a informação da Divisão de Ambiente e de Serviços Urbanos, datada de 08-03-2022, que se transcreve. -----

“ A oferta que o parque de merendas e o cais da Albufeira do Azibo possam oferecer determina, em grande medida, a procura daqueles espaços como momentos de lazer. -----  
Nesse sentido, ao longo destes anos tem-se apostado na diversificação de ofertas durante as sucessivas épocas balneares. O n.º 1, alínea qq) do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estatui que “compete à Câmara Municipal administrar o domínio público municipal”. Por outro lado, o Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo, face a localização das praias, cais e parque de merendas, permite que se possam desenvolver as atividades que ora se propõem, sem que para o efeito seja necessário obter pareceres externos. Neste sentido, proponho: -----

Que a Câmara Municipal autorize a ocupação de 1 (um) espaço, Bar-Quiosque com esplanada de 17 m2, no parque de merendas, para exploração, conforme planta que se anexa. -----



Handwritten signature and initials in blue ink.

Caso a decisão seja favorável, proponho ainda: -----

a) Que se adote o procedimento de apresentação de proposta via email. -----

b) Que a concessão se faça por 4 (quatro) épocas balneares (2022, 2023, 2024 e 2025). -----

c) Que o valor base da proposta seja: i. Bar-Quiosque: €1.000,00 (mais IVA a taxa em vigor) por época balnear. -----

d) O critério da adjudicação é o preço mais elevado. -----

e) O critério de desempate será o sorteio entre as propostas. -----

f) Que o pagamento do valor da concessão seja por época balnear e antes desta iniciar. -----

g) Nomeação do júri e delegar nele todas as competências delegáveis. -----

Para o efeito junto ainda as condições da concessão (em anexo).” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade dos presentes, para efeitos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea p) conjugado com o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou solicitar autorização à Assembleia Municipal a concessão da atividade de exploração do Bar-Quiosque.” -----

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.** -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por unanimidade, de acordo com a proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, autorizar a ocupação de 1 (um) espaço, Bar-Quiosque com esplanada de 17 m2, no parque de merendas para exploração. -----

**PONTO 2.8 – CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE ARTIGOS DE PRAIA, EM QUIOSQUES NA ALBUFEIRA DO AZIBO / AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA p), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL** -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de quinze de março de dois mil e vinte e dois, que se transcreve. -----

“ ALBUFEIRA DO AZIBO – CONCESSÃO DA ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE ARTIGOS DE PRAIAS, EM QUIOSQUES: DELIBERAÇÃO -----

Presente a informação da Divisão de Ambiente e de Serviços Urbanos, datada de 04-03-2022, que se transcreve. -----

“ A oferta que a Zona Balnear da Albufeira do Azibo possa oferecer determina, em grande medida, a procura daquele espaço como momentos de lazer. -----

Nesse sentido, ao longo destes anos tem-se apostado na diversificação de ofertas durante as sucessivas épocas balneares. O n.º 1, alínea qq) do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estatui que “compete à Câmara Municipal administrar o domínio público municipal”. Por outro lado, o Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo, face a localização das praias, cais e parque de merendas, permite que se possam desenvolver as atividades que

ora se propõem, sem que para o efeito seja necessário obter pareceres externos. Neste sentido, proponho: -----

Que a Câmara Municipal autorize a ocupação de 4 (quatro) quiosques em espaços públicos, 3 (três) na praia da Ribeira e 1 (um) na praia da Fraga da Pegada, para a atividade de exploração comercial de artigos de praias, conforme plantas que se anexam. -----

Caso a decisão seja favorável, proponho ainda: -----

a) Que se adote o procedimento de apresentação de proposta via email. -----

b) Que a concessão se faça por 4 (quatro) épocas balneares (2022, 2023, 2024 e 2025). -----

c) Que o valor base da proposta seja: i. Quiosque Ribeira – 1, com área de exposição de 12,0 m2: €750,00 (mais IVA a taxa em vigor) por época balnear; ii. Quiosque Ribeira – 2, com área de exposição de 12,0 m2: €750,00 (mais IVA a taxa em vigor) por época balnear; iii. Quiosque Ribeira – 3, com área de exposição de 12,0 m2: €750,00 (mais IVA a taxa em vigor) por época balnear; iv. Quiosque Fraga da Pegada – 4, com área de exposição de 37,0 m2: €750,00 (mais IVA a taxa em vigor) por época balnear; -----

d) O critério da adjudicação é o preço mais elevado. -----

e) O critério de desempate será o sorteio entre as propostas. -----

f) Que o pagamento do valor da concessão seja por época balnear e antes desta iniciar. -----

g) Nomeação do júri e delegar nele todas as competências delegáveis. -----

Para o efeito junto ainda as condições da concessão (em anexo).” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade dos presentes, para efeitos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea p) conjugado com o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou solicitar autorização à Assembleia Municipal a concessão da atividade de exploração comercial de artigos de praias, em quiosque.” -----

**Abertas as inscrições, usou da palavra.** -----

**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Que disse “ Dado que se encontram a decorrer obras na zona envolvente a este local, proponho que os quiosques não sejam concessionados pelo período de 4 anos, mas sim pelo período de um ano.” -----

**O Vice-Presidente da Câmara Municipal Rui Alexandre Serapicos Vilarinho** no seguimento da proposta apresentada pelo Deputado Municipal Manuel Mico disse, que não vê a Câmara Municipal, qualquer inconveniente em aceitar a mesma, e que a concessão destes quiosques seja pelo período de um (1) ano. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por unanimidade, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, autorizar a ocupação de 4 (quatro) quiosques em espaços públicos, 3 (três) na praia da Ribeira e 1 (um) na praia da Fraga da Pegada, para a atividade de exploração comercial de artigos de praias, pelo período de um (1) ano. -----



em  
Gj fcd

**PONTO 2.9 – CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE ALUGUER DE EMBARCAÇÕES DE PRAIA E PADDLE NA ALBUFEIRA DO AZIBO / AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA p), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----**

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de quinze de março de dois mil e vinte e dois, que se transcreve. -----

**“ ALBUFEIRA DO AZIBO – CONCESSÃO DA ATIVIDADE DE ALUGUER DE EMBARCAÇÕES DE PRAIA E PADDLE: DELIBERAÇÃO -----**

Presente a informação da Divisão de Ambiente e de Serviços Urbanos, datada de 04-03-2022, que se transcreve. -----

“ A oferta que a Zona Balnear da Albufeira do Azibo possa oferecer determina, em grande medida, a procura daquele espaço como momentos de lazer. -----

Nesse sentido, ao longo destes anos tem-se apostado na diversificação de ofertas durante as sucessivas épocas balneares. O n.º 1, alínea qq) do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estatui que “compete à Câmara Municipal administrar o domínio público municipal”. Por outro lado, o Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo, face a localização das praias, cais e parque de merendas, permite que se possam desenvolver as atividades que ora se propõem, sem que para o efeito seja necessário obter pareceres externos. Neste sentido, proponho: -----

Que a Câmara Municipal autorize a ocupação de 2 (dois) espaços públicos, 1 (um) na praia da Ribeira e 1 (um) na praia da Fraga da Pegada, para a atividade de aluguer de embarcações de praia e paddle, conforme plantas que se anexam. -----

Caso a decisão seja favorável, proponho ainda: -----

- a) Que se adote o procedimento de apresentação de proposta via email. -----
- b) Que a concessão se faça por 4 (quatro) épocas balneares (2022, 2023, 2024 e 2025). -----
- c) Que o valor base da proposta seja: i. Embarcações de praia e paddle - Ribeira: €4.000,00 (mais IVA a taxa em vigor) por época balnear; ii. Embarcações de praia e paddle - Fraga da Pegada: €2.000,00 (mais IVA a taxa em vigor) por época balnear. -----
- d) O critério da adjudicação é o preço mais elevado. -----
- e) O critério de desempate será o sorteio entre as propostas. -----
- f) Que o pagamento do valor da concessão seja por época balnear e antes desta iniciar. -----
- g) Nomeação do júri e delegar nele todas as competências delegáveis. -----

Para o efeito junto ainda as condições da concessão (em anexo).” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade dos presentes, para efeitos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea p) conjugado com o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou solicitar autorização à Assembleia Municipal a concessão da atividade de aluguer de embarcações de praia e paddle.” -----

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra. -----**

-----  
**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria, com 60 votos a favor e 1 abstenção, de acordo com a proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, autorizar a ocupação de 2 (dois) espaços públicos, 1 (um) na praia da Ribeira e 1 (um) na praia da Fraga da Pegada, para a atividade de aluguer de embarcações de praia e paddle. -----**

-----  
**PONTO 2.10 – CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO PARA PARQUE AQUÁTICO – INSUFLÁVEIS NA ALBUFEIRA DO AZIBO / AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA p), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----**

**O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de quinze de março de dois mil e vinte e dois, que se transcreve. -----

**“ALBUFEIRA DO AZIBO – CONCESSÃO DA ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO PARA PARQUE AQUÁTICO – INSUFLÁVEIS: DELIBERAÇÃO -----**

Presente a informação da Divisão de Ambiente e de Serviços Urbanos, datada de 08-03-2022, que se transcreve. -----

“ A oferta que a Zona Balnear da Albufeira do Azibo possa oferecer determina, em grande medida, a procura daquele espaço como momentos de lazer. -----

Nesse sentido, ao longo destes anos tem-se apostado na diversificação de ofertas durante as sucessivas épocas balneares. O n.º 1, alínea qq) do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estatui que “compete à Câmara Municipal administrar o domínio público municipal”. Por outro lado, o Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo, face a localização das praias, cais e parque de merendas, permite que se possam desenvolver as atividades que ora se propõem, sem que para o efeito seja necessário obter pareceres externos. Neste sentido, proponho: -----

Que a Câmara Municipal autorize a ocupação de 1 (um) espaço público hídrico, na praia da Fraga da Pegada, para a atividade de exploração para parque aquático – insufláveis, conforme planta que se anexa. -----

Caso a decisão seja favorável, proponho ainda: -----

a) Que se adote o procedimento de apresentação de proposta via email. -----

b) Que a concessão se faça por 4 (quatro) épocas balneares (2022, 2023, 2024 e 2025). -----

c) Que o valor base da proposta seja: i. Parque aquático – Insufláveis: € 1.000,00 (mais IVA a taxa em vigor) por época balnear. -----

d) O critério da adjudicação é o preço mais elevado. -----

e) O critério de desempate será o sorteio entre as propostas. -----

f) Que o pagamento do valor da concessão seja por época balnear e antes desta iniciar. -----

g) Nomeação do júri e delegar nele todas as competências delegáveis. -----

Para o efeito junto ainda as condições da concessão (em anexo).” -----



ca = -  
G  
fal

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade dos presentes, para efeitos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea p) conjugado com o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou solicitar autorização à Assembleia Municipal a concessão da atividade de exploração para Parque Aquático - Insufláveis." -----

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.** -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por maioria, com 60 votos a favor e 1 abstenção, de acordo com a proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, autorizar a ocupação de 1 (um) espaço público hídrico, na praia da Fraga da Pegada, para a atividade de exploração para parque aquático – insufláveis. -----

**PONTO 2.11 – CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE BARES COM ESPLANADA NA PRAIA DA FRAGA DA PEGADA NA ALBUFEIRA DO AZIBO / AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA p), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL** -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de catorze de abril de dois mil e vinte e dois, que se transcreve. -----

“CONCESSÃO DA ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO DE BARES COM ESPLANADA NA PRAIA DA FRAGA DA PEGADA – ZONA BALNEAR DA ALBUFEIRA DO AZIBO: DELIBERAÇÃO -----  
Presente a informação da Divisão de Ambiente e de Serviços Urbanos datada de 31-03-2022, que se transcreve. -----

“ A oferta que a Zona Balnear da Albufeira do Azibo possa oferecer determina, em grande medida, a procura daquele espaço como momentos de lazer. -----

Nesse sentido, ao longo destes anos tem-se apostado na diversificação de ofertas durante as sucessivas épocas balneares. O n.º 1, alínea qq) do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estatui que “competem à Câmara Municipal administrar o domínio público municipal”. Por outro lado, o Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo, face a localização das praias, cais e parque de merendas, permite que se possam desenvolver as atividades que ora se propõem, sem que para o efeito seja necessário obter pareceres externos. Neste sentido, proponho: -----

Que a Câmara Municipal autorize a ocupação de 2 (dois) espaços públicos na praia da Fraga da Pegada, para exploração de bar com esplanada, conforme planta que se anexa. -----

Caso a decisão seja favorável, proponho ainda: -----

- a) Que se adote o procedimento de apresentação de proposta via email. -----
- b) Que a concessão se faça por 4 (quatro) épocas balneares (2022, 2023, 2024 e 2025). -----
- c) Que o valor base da proposta seja: -----

- i. Bar da Fraga da Pegada 1: €2.500,00 (mais IVA a taxa em vigor), por época balnear. -----
  - ii. Bar da Fraga da Pegada 2: €2.000,00 (mais IVA a taxa em vigor), por época balnear. -----
  - d) O critério da adjudicação é o preço mais elevado. -----
  - e) O critério de desempate será o sorteio entre as propostas. -----
  - f) Que o pagamento do valor da concessão seja por época balnear e antes desta iniciar. -----
  - g) Nomeação do júri e delegar nele todas as competências delegáveis. -----
- Para o efeito junto ainda as condições da concessão (em anexo).” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara municipal, por unanimidade dos presentes, para efeitos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea p) conjugado com o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou solicitar autorização à Assembleia Municipal a Concessão do Direito de Ocupação de 2 (dois) espaços públicos na Praia da Fraga da Pegada, para exploração de bar com esplanada, pelo período de 1 (um) ano. -----

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.** -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por maioria, com 59 votos a favor e 2 abstenções, de acordo com a proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, autorizar a ocupação de 2 (dois) espaços públicos na praia da Fraga da Pegada, para exploração de bar com esplanada. -----

**PONTO 2.12 – CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE CAFETARIA E QUIOSQUE NO PARQUE URBANO DE MACEDO DE CAVALEIROS / AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA p), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL** -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de catorze de abril de dois mil e vinte e dois, que se transcreve. -----

“ CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO – CAFETARIA E QUIOSQUE NO PARQUE URBANO DE MACEDO DE CAVALEIROS/PROPOSTA: DELIBERAÇÃO -----

Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal datada de 04-04-2022, que se transcreve. -----

“ O Parque Urbano de Macedo de Cavaleiros que se encontra em construção prevê a existência de dois espaços, um destinado a serviço de cafetaria e afins e um outro referente a um quiosque para venda de jornais e revistas. O Decreto-Lei n.º 280/2007, de 07 de agosto, estabelece as disposições gerais e comuns sobre a gestão dos bens imóveis do domínio público do Estado, das regiões autónomas e das autarquias locais. -----

Sob a epígrafe do seu capítulo II – Domínio Público -, resulta que os particulares podem adquirir direitos de uso privativo público por licença ou concessão, durante um determinado período de tempo e pelo pagamento de taxas. Por sua vez, a Lei n.º 75/2013, de 12 de



al-  
fil

setembro, na sua redação atual, dá poderes à Assembleia Municipal para, sob proposta da Câmara municipal, autorizar a celebração de contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais – artigo 25.º, n.º 1, alínea p) em conjugação com o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc). ---Para que os procedimentos concursais possam ser desencadeados, garantindo-se, assim, logo que a empreitada fique concluída, haver alguém que possa, de imediato, explorar aqueles equipamentos, proponho que a Câmara municipal formule, à Assembleia Municipal, as seguintes condições: -----

a) Cafeteria -----

i) Prazo de concessão: 4 anos, com possibilidade de renovação –ii) Valor base da concessão do prazo inicial: proponho que o valor base seja de 48.000€ -----

b) Quiosque -----

i) Prazo da concessão: 4 anos, com possibilidade de renovação –ii) Valor base da concessão do prazo inicial: proponho que o valor base seja de 9.600€.” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade dos presentes, para efeitos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea p) conjugado com o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou solicitar autorização à Assembleia Municipal a Concessão do Direito de Exploração de Cafeteria e Quiosque no Parque Urbano de Macedo de Cavaleiros.” -----

**Abertas as inscrições, usou da palavra.** -----

**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Sobre este ponto dizer que em Macedo temos 3 Quiosques devolutos, um na Praça das Eiras, um Junto do Edifício do Tribunal e outro no Monumento dos Combatentes e isto deve-se ao facto de economicamente não serem rentáveis. Desde que não tenham Jogos santa Casa a sua rentabilidade é praticamente nula. Neste caso é mais um Quiosque, não estou contra mas aproveito para chamar à atenção que é necessário dar um outro aproveitamento e uma outra dignidade aos que já existem e pensar numa solução que não os deixe ao abandono e à degradação. -----

**NÉLIO JORGE GOMES PIMENTEL (UPM)** – Que disse “relativamente ao Quiosque do Parque da Cidade não tenho qualquer dúvida que certamente irão ser apresentadas propostas, mas se bem me lembro já foram feitas diligências na tentativa de concessionar os outros três quiosques existentes na Cidade, que ficaram vazias. Pessoalmente já pensei bastante e relativamente aos quiosques, da Praça das Eiras e junto do tribunal não me ocorre nada para poder sugerir, no entanto relativamente ao que está situado junto do Monumento dos Combatentes queria deixar uma sugestão, que no meu ponto de vista era deitá-lo abaixo, com vista a tentar remodelar aquela parte de entrada na Cidade. Já tivemos uma intervenção que remodelou aquela Avenida e perderam uma oportunidade para o fazerem, quando foi construída a Praça dos Combatentes na minha ótica foi mais uma oportunidade desperdiçada para dar mais alguma dignidade àquele espaço onde todos os dias podemos verificar fugas ao Código da Estrada. Uma entrada da Cidade que “esbarra” com uma parede de um grande

edifício (Centro de Emprego) e uma subida para o Mercado, entendo que deviam tentar, se possível, ali uma outra solução, nem que fosse com a implementação de uma pequena Rotunda e obviamente deitar o tal Quiosque abaixo.” -----

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria, com 59 votos a favor e 2 abstenções, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, aprovar nos termos apresentada a proposta da Câmara Municipal para a concessão do direito de exploração – Cafeteria e Quiosque no Parque Urbano de Macedo de Cavaleiros.** -----

### **PONTO 3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Conforme estipula o número um do artigo quadragésimo nono do Anexo I à Lei número 75/2013, de doze de setembro, o excelentíssimo **senhor Presidente da Assembleia**, deu conhecimento que tinha na Mesa um pedido do munícipe **Rui Pacheco**, para abordar a questão de um processo administrativo de uma propriedade sua. -----

**RUI PACHECO** – Que disse “ O assunto que me trás aqui hoje já me trouxe cá há 8 anos atrás, altura em que fui vítima de falta de confiança e de má-fé. O Executivo em causa exercia funções em 2013 e era composto pelos Srs. Duarte Moreno, Carlos Barroso, Maria Helena Magalhães, Manuela Santos, Rui Vaz, Fernando Castanheira Pinto e Rui Costa, todos eles votaram para a redução do horário do meu estabelecimento comercial que eu tinha baseando-se em avaliações acústicas que na altura, foram feitas pela Associação Terras Quentes. Logo à partida, esta Associação ao ser uma Entidade em que os Órgãos Camarários fazem parte, adivinhava-se qual seria o resultado, e como já referi foi-me reduzido o horário de funcionamento do meu estabelecimento, o que levou a que tivesse de o encerrar. Passados oito anos o Tribunal Central Administrativo do Norte veio-me dar razão. Os danos causados durante estes oito anos são impagáveis, não há indemnização que possa pagar a saúde que me custou, os funcionários que tive de despedir. Na altura tive a oportunidade de tornar tudo isto público e toda a gente dizia que eu era louco ao meter a câmara e o Estado em tribunal mas finalmente fez-se justiça. Agora o processo vai passar para o Tribunal de 1.ª Instância, porque a avaliação que a Associação Terras Quentes fez não restam dúvidas de que foi encomendada e vamos encontra-nos em Tribunal para que a Justiça possa ser feita, uma vez que não há Acordo. Acabo por dizer que esta é mais uma herança de Executivos anteriores que vai ter de ser o presente Executivo a resolver a situação e a quem aproveito para pedir que se faça justiça.” -----



**APROVAÇÕES EM MINUTA**-----

Foi deliberado, por unanimidade aprovar em minuta o ponto dois, ponto três o ponto dois ponto três, dois ponto quatro, dois ponto cinco, dois ponto seis, dois ponto sete, dois ponto oito, dois ponto nove, dois ponto dez, dois ponto onze, dois ponto doze. Foi aprovada também em minuta a proposta apresentada pelo CDS, na pessoa da Deputada Municipal Jacinta Lopes -----

-----

**Eram quinze horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pelo excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários.** -----

-----

  
-----  
  
-----  


